

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	204.086
Preferenciais	0
Total	204.086
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.130.118	2.276.357
1.01	Ativo Circulante	890.488	1.038.249
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.838	40.085
1.01.02	Aplicações Financeiras	114.793	206.246
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	114.793	206.246
1.01.02.01.03	Titulos Disponiveis para venda	114.793	206.246
1.01.03	Contas a Receber	157.877	299.341
1.01.03.01	Clientes	157.877	299.341
1.01.04	Estoques	428.768	418.384
1.01.06	Tributos a Recuperar	77.801	18.843
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	77.801	18.843
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	385	382
1.01.06.01.02	Demais tributos a recuperar	77.416	18.461
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.411	55.350
1.01.08.03	Outros	90.411	55.350
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	22.438	26.475
1.01.08.03.02	Titulos e Valores Mobiliarios	911	971
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros	7.499	0
1.01.08.03.04	Outros	59.563	27.904
1.02	Ativo Não Circulante	1.239.630	1.238.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	482.526	452.678
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	61.806	19.684
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	61.806	19.684
1.02.01.07	Tributos Diferidos	324.909	338.758
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	324.909	338.758
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	95.811	94.236
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	3.662	2.199
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	92.149	92.037
1.02.02	Investimentos	379.531	361.510
1.02.02.01	Participações Societárias	379.531	361.510
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	379.531	361.510
1.02.03	Imobilizado	267.393	306.652
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	266.512	305.984
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	881	668
1.02.04	Intangível	110.180	117.268
1.02.04.01	Intangíveis	110.180	117.268
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	110.180	117.268

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.130.118	2.276.357
2.01	Passivo Circulante	781.174	990.167
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	75.850	78.603
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.196	13.055
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	64.654	65.548
2.01.02	Fornecedores	387.916	352.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	324.511	277.490
2.01.02.01.01	Fornecedores	219.329	251.627
2.01.02.01.02	Fornecedores Convênio	105.182	25.863
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63.405	75.496
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.678	86.827
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.413	25.808
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	9.728	23.401
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	2.685	2.407
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.347	60.784
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.918	235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	204.935	384.686
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	81.615
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	81.615
2.01.04.02	Debêntures	0	302.918
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	153
2.01.05	Outras Obrigações	66.795	87.065
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.710	7.864
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.710	7.864
2.01.05.02	Outros	57.085	79.201
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros	3.754	12.088
2.01.05.02.06	Alugueis a Pagar	21.615	27.767
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	31.716	39.346
2.02	Passivo Não Circulante	468.204	326.550
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	382.587	239.865
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.845	90.894
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.845	90.894
2.02.01.02	Debêntures	361.742	148.971
2.02.04	Provisões	85.617	86.685
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	85.617	86.685
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	61.881	62.158
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.219	24.029
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	517	498
2.03	Patrimônio Líquido	880.740	959.640
2.03.01	Capital Social Realizado	899.597	899.597
2.03.02	Reservas de Capital	2.798	2.940
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-747	0
2.03.02.07	Reserva de Opção de Compra de Ações	3.545	2.940
2.03.04	Reservas de Lucros	56.570	117.008
2.03.04.01	Reserva Legal	42.568	42.568
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.002	74.440

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-83.096	-60.438
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.871	533

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	529.884	957.733	544.858	992.675
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-255.625	-476.696	-254.659	-473.725
3.03	Resultado Bruto	274.259	481.037	290.199	518.950
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-279.932	-513.175	-304.423	-500.491
3.04.01	Despesas com Vendas	-227.569	-444.951	-221.902	-441.173
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.294	-89.406	-53.304	-98.268
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.161	30.493	4.541	10.453
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.909	-67.212	-48.104	-33.668
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	-11.496	40.406
3.04.05.02	Despesas com Depreciação	-32.909	-67.212	-36.608	-74.074
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.679	57.901	14.346	62.165
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.673	-32.138	-14.224	18.459
3.06	Resultado Financeiro	-22.051	-34.336	-29.004	-59.672
3.06.01	Receitas Financeiras	20.281	31.431	5.350	13.920
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.332	-65.767	-34.354	-73.592
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.724	-66.474	-43.228	-41.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.284	-11.614	18.850	31.581
3.08.02	Diferido	-9.284	-11.614	18.850	31.581
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,14813	-0,38262	-0,11945	-0,04720
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,18134	-0,38262	-0,11945	-0,04720

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.436	4.338	-2.626	-2.802
4.02.01	Perdas com Hedge de Fluxo de Caixa	6.721	6.573	-3.979	-4.246
4.02.02	IR e CSLL sobre Perdas com Hedge de Fluxo de Caixa	-2.285	-2.235	1.353	1.444
4.03	Resultado Abrangente do Período	-32.572	-73.750	-27.004	-12.434

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.037	-108.577
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-36.235	-56.423
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-78.088	-9.632
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	69.726	76.878
6.01.01.03	Custo Residual do Ativo Imobilizado Baixado	556	10.009
6.01.01.04	Equivalencia Patrimonial	-57.901	-62.165
6.01.01.05	Plano de Opções de Compra de Ações	605	1.285
6.01.01.06	Encargos Financeiros sobre saldos de Financiamentos e Empréstimos	30.003	37.903
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.849	-29.823
6.01.01.08	Provisão para Litígios e Demandas Judiciais	308	-66.340
6.01.01.09	Provisão para perdas dos estoques	-3.749	-14.814
6.01.01.11	Instrumentos Financeiros	-11.495	276
6.01.01.12	Provisão para perdas do imobilizado e intangível	-49	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.327	-52.154
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	141.464	49.738
6.01.02.02	Estoques	-6.635	-84.512
6.01.02.03	Titulos e Valores Mobiliarios	-42.062	3.119
6.01.02.05	Tributos a Compensar	-60.421	5.208
6.01.02.06	Partes Relacionadas	4.037	1.233
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-112	-23.769
6.01.02.08	Dividendos Recebidos	35.000	82.793
6.01.02.09	Outros Créditos	-31.660	-14.526
6.01.02.10	Fornecedores	-44.389	25.994
6.01.02.11	Fornecedores Convenio	79.319	-962
6.01.02.12	Tributos a Recolher	-41.149	-52.760
6.01.02.13	Salários, Provisões e Encargos Sociais	-2.753	4.179
6.01.02.14	Partes Relacionadas	1.846	-48.090
6.01.02.15	Provisão para Litígios e Demandas Judiciais	-1.376	-4.068
6.01.02.16	Alugueis a Pagar	-6.152	-1.389
6.01.02.17	Outras Obrigações	-7.630	5.658
6.01.03	Outros	-129	0
6.01.03.01	Ganho com investimentos líquidos	-129	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.885	-18.861
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-9.898	-5.905
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-13.987	-12.956
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.778	-40.606
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	352.419	0
6.03.03	Juros Pagos	-20.725	-33.372
6.03.04	Amortização de Financiamentos	-398.725	-7.234
6.03.05	Ações em tesouraria	-747	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-110.700	-168.044
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	246.331	335.142
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.631	167.098

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	899.597	2.940	117.008	-60.438	533	959.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	899.597	2.940	117.008	-60.438	533	959.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-142	0	-5.008	0	-5.150
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-747	0	0	0	-747
5.04.08	Plano de Opção de compra de ações	0	605	0	0	0	605
5.04.10	Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Perdas Esperadas	0	0	0	-5.008	0	-5.008
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-78.088	4.338	-73.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-78.088	0	-78.088
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.338	4.338
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-60.438	60.438	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos com reservas de lucro	0	0	-60.438	60.438	0	0
5.07	Saldos Finais	899.597	2.798	56.570	-83.096	4.871	880.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	899.597	1.246	117.008	0	-6.215	1.011.636
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	899.597	1.246	117.008	0	-6.215	1.011.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.285	0	0	0	1.285
5.04.08	Plano de Opção de Compra de Ações	0	1.285	0	0	0	1.285
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.632	3.413	-6.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.632	0	-9.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.413	3.413
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.171	5.171
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.758	-1.758
5.07	Saldos Finais	899.597	2.531	117.008	-9.632	-2.802	1.006.702

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	1.336.811	1.337.922
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.288.193	1.335.896
7.01.02	Outras Receitas	48.618	2.026
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-778.669	-727.412
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-613.529	-616.474
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-165.140	-110.938
7.03	Valor Adicionado Bruto	558.142	610.510
7.04	Retenções	-67.212	-74.074
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.212	-74.074
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	490.930	536.436
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	80.125	76.085
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	58.030	62.165
7.06.02	Receitas Financeiras	22.095	13.920
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	571.055	612.521
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	571.055	612.521
7.08.01	Pessoal	224.776	228.371
7.08.01.01	Remuneração Direta	180.494	182.605
7.08.01.02	Benefícios	27.880	27.141
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.402	18.625
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	254.607	217.678
7.08.02.01	Federais	157.186	116.708
7.08.02.02	Estaduais	97.319	100.879
7.08.02.03	Municipais	102	91
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	169.760	176.104
7.08.03.01	Juros	26.794	36.027
7.08.03.02	Aluguéis	142.966	140.077
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-78.088	-9.632
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-78.088	-9.632

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.569.825	2.832.732
1.01	Ativo Circulante	1.592.229	1.847.312
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.194	41.387
1.01.02	Aplicações Financeiras	215.760	416.147
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	215.760	416.147
1.01.02.01.03	Titulos Disponiveis para Venda	215.760	416.147
1.01.03	Contas a Receber	670.070	800.797
1.01.03.01	Clientes	670.070	800.797
1.01.04	Estoques	428.768	418.384
1.01.06	Tributos a Recuperar	141.072	98.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	141.072	98.265
1.01.06.01.01	Imposto de renda er contribuição social a recuperar	52.760	69.477
1.01.06.01.02	Demais tributos a recuperar	88.312	28.788
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.365	72.332
1.01.08.03	Outros	114.365	72.332
1.01.08.03.01	Titulos e Valores Mobiliarios	911	970
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros	11.373	0
1.01.08.03.03	Créditos com Partes Relacionadas	0	504
1.01.08.03.04	Outros	102.081	70.858
1.02	Ativo Não Circulante	977.596	985.420
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	576.840	538.398
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.178	22.312
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.178	22.312
1.02.01.07	Tributos Diferidos	385.166	407.407
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	385.166	407.407
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	129.496	108.679
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	3.662	2.199
1.02.01.10.04	Depositos Judiciais	125.834	106.480
1.02.02	Investimentos	12.173	12.173
1.02.02.01	Participações Societárias	12.173	12.173
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	12.173	12.173
1.02.03	Imobilizado	271.813	311.696
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	270.932	311.028
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	881	668
1.02.04	Intangível	116.770	123.153
1.02.04.01	Intangíveis	116.770	123.153
1.02.04.01.02	Outros Intangiveis	116.770	123.153

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.569.825	2.832.732
2.01	Passivo Circulante	982.117	1.274.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	80.010	82.428
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.824	13.883
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.186	68.545
2.01.02	Fornecedores	388.187	353.590
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	324.782	278.094
2.01.02.01.01	Fornecedores	219.600	252.231
2.01.02.01.02	Fornecedores Convênio	105.182	25.863
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63.405	75.496
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.214	111.534
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.948	50.515
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	20.939
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	11.771	26.640
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	3.177	2.936
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.347	60.784
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.919	235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	366.172	581.751
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	276.967	278.680
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	276.967	278.680
2.01.04.02	Debêntures	87.006	302.918
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.199	153
2.01.05	Outras Obrigações	99.534	144.954
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	0
2.01.05.02	Outros	99.524	144.954
2.01.05.02.04	Receita Diferida	17.474	19.800
2.01.05.02.06	Alugueis a Pagar	21.650	27.800
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros	3.754	31.495
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	56.646	65.859
2.02	Passivo Não Circulante	706.968	598.835
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	545.509	422.474
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.848	272.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	182.848	272.000
2.02.01.02	Debêntures	361.742	148.971
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	919	1.503
2.02.02	Outras Obrigações	63.945	77.602
2.02.02.02	Outros	63.945	77.602
2.02.02.02.03	Receita Diferida	63.945	77.602
2.02.04	Provisões	97.514	98.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	97.514	98.759
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	62.047	62.323
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.262	26.466
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.205	9.970
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	880.740	959.640
2.03.01	Capital Social Realizado	899.597	899.597
2.03.02	Reservas de Capital	2.798	2.940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-747	0
2.03.02.07	Reserva de Opção de Compra de Ações	3.545	2.940
2.03.04	Reservas de Lucros	56.570	117.008
2.03.04.01	Reserva Legal	42.568	42.568
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.002	74.440
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-83.096	-60.438
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.871	533

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	689.814	1.278.459	711.689	1.327.119
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-362.286	-651.779	-370.253	-665.207
3.03	Resultado Bruto	327.528	626.680	341.436	661.912
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-314.707	-609.559	-337.903	-596.111
3.04.01	Despesas com Vendas	-227.419	-444.651	-221.752	-440.873
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.264	-117.114	-67.645	-124.423
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.948	23.580	6.698	14.809
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34.972	-71.374	-55.204	-45.624
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	-16.575	32.353
3.04.05.02	Despesas com Depreciação e Amortização	-34.972	-71.374	-38.629	-77.977
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.821	17.121	3.533	65.801
3.06	Resultado Financeiro	-27.238	-44.313	-30.682	-64.463
3.06.01	Receitas Financeiras	19.933	32.279	8.587	19.776
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.171	-76.592	-39.269	-84.239
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.417	-27.192	-27.149	1.338
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.591	-50.896	2.771	-10.970
3.08.01	Corrente	-11.131	-28.463	-35.028	-57.588
3.08.02	Diferido	-11.460	-22.433	37.799	46.618
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00000	-0,11945	-0,04720
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	-0,11945	-0,04720

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-37.008	-78.088	-24.378	-9.632
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.436	4.338	-2.626	-2.802
4.02.01	Perdas com Hedge de Fluxo de Caixa	6.721	6.573	-3.979	-4.246
4.02.02	IR e CSLL sobre Perdas com Hedge de Fluxo de Caixa	-2.285	-2.235	1.353	1.444
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-32.572	-73.750	-27.004	-12.434
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-32.572	-73.750	-27.004	-12.434

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.842	-59.907
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.966	20.185
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-78.088	-9.632
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	71.372	77.977
6.01.01.03	Provisão para perdas dos estoques e AVP	-3.749	-14.814
6.01.01.04	Custo Residual do Ativo Imobilizado Baixado	556	10.021
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.632	19.093
6.01.01.07	Plano de Opção de compra de Ações	605	1.284
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de Financiamentos	43.788	44.076
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.241	-45.174
6.01.01.10	Provisão para Litígios e Demandas Judiciais	2.434	-61.051
6.01.01.12	Instrumentos Financeiros	-34.776	2.744
6.01.01.13	(Ganho) Perda com investimentos, liquido	0	-4.339
6.01.01.14	Provisão para perdas do imobilizado e intangível	-49	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.692	-27.354
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	111.086	10.405
6.01.02.02	Estoques	-6.635	-84.512
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-44.270	-10.032
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-19.354	-23.524
6.01.02.06	Outros Créditos	-31.223	-22.861
6.01.02.07	Fornecedores	-44.722	26.036
6.01.02.08	Tributos a Recolher	-42.204	16.326
6.01.02.09	Salários, provisões e Endargos Sociais	-2.418	4.294
6.01.02.10	Partes Relacionadas	10	-6.604
6.01.02.11	Alugueis a Pagar	-6.150	-1.408
6.01.02.12	Fornecedores Convênio	79.319	-962
6.01.02.13	Títulos e Valores Mobiliarios	-39.807	-228
6.01.02.14	Outras Obrigações	-9.216	-1.007
6.01.02.15	Provisões para Litígios e Demandas Judiciais	-3.679	-8.304
6.01.02.17	Partes Relacionadas	504	27
6.01.02.19	Receita Diferida	-15.983	75.000
6.01.02.20	Operações de Crédito	25.050	0
6.01.03	Outros	-21.116	-52.738
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-21.116	-52.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.611	-23.830
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-10.015	-9.283
6.02.02	Aquisição de Intangível	-15.596	-14.547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-162.127	-59.560
6.03.01	Captação de Financiamentos - terceiros	418.101	13.360
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamento	-551.063	-37.701
6.03.03	Juros Pagos	-28.418	-35.219
6.03.04	Ações em Tesouraria	-747	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-219.580	-143.297
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.534	419.058

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	237.954	275.761

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	899.597	2.940	117.008	-60.438	533	959.640	0	959.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	899.597	2.940	117.008	-60.438	533	959.640	0	959.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-142	0	-5.008	0	-5.150	0	-5.150
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-747	0	0	0	-747	0	-747
5.04.08	Plano de Opção de compra de ações	0	605	0	0	0	605	0	605
5.04.10	Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Perdas esperadas	0	0	0	-5.008	0	-5.008	0	-5.008
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-78.088	4.338	-73.750	0	-73.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-78.088	0	-78.088	0	-78.088
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.338	4.338	0	4.338
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-60.438	60.438	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos com reservas de lucro	0	0	-60.438	60.438	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	899.597	2.798	56.570	-83.096	4.871	880.740	0	880.740

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	899.597	1.246	117.008	0	-6.215	1.011.636	0	1.011.636
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	899.597	1.246	117.008	0	-6.215	1.011.636	0	1.011.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.285	0	0	0	1.285	0	1.285
5.04.08	Plano de Opção de Compra de Ações	0	1.285	0	0	0	1.285	0	1.285
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.632	3.413	-6.219	0	-6.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.632	0	-9.632	0	-9.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.413	3.413	0	3.413
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.171	5.171	0	5.171
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.758	-1.758	0	-1.758
5.07	Saldos Finais	899.597	2.531	117.008	-9.632	-2.802	1.006.702	0	1.006.702

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	1.576.923	1.582.757
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.623.019	1.684.112
7.01.02	Outras Receitas	75.421	28.393
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-121.517	-129.748
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-888.921	-850.329
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-674.071	-680.297
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-214.850	-170.032
7.03	Valor Adicionado Bruto	688.002	732.428
7.04	Retenções	-71.374	-77.977
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.374	-77.977
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	616.628	654.451
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.336	19.777
7.06.02	Receitas Financeiras	24.336	19.777
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	640.964	674.228
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	640.964	674.228
7.08.01	Pessoal	232.759	232.442
7.08.01.01	Remuneração Direta	186.511	185.847
7.08.01.02	Benefícios	29.288	27.603
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.960	18.992
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.452	274.704
7.08.02.01	Federais	209.899	171.853
7.08.02.02	Estaduais	97.339	100.881
7.08.02.03	Municipais	2.214	1.970
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	176.841	176.714
7.08.03.01	Juros	33.863	36.606
7.08.03.02	Aluguéis	142.978	140.108
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-78.088	-9.632
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-78.088	-9.632

São Paulo, 09 de Agosto de 2018 – A Marisa Lojas S.A. (“Marisa” ou “Companhia”) – (B3: AMAR3; Bloomberg: AMAR3:BZ), maior varejista de moda feminina e íntima do Brasil, anuncia os resultados do 2º trimestre de 2018 (2T18). As informações da Companhia, exceto quando indicado, têm como base números consolidados, em milhões de reais, conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). As comparações referem-se ao 2T18 em relação ao 2T17.

Marisa anuncia os resultados do 2T18

- **Receita Líquida do Varejo** totalizou R\$ 532 milhões, (-) 2,6% em same store sales (SSS) com relação ao 2T17;
- **Lucro Bruto do Varejo** de R\$ 276,3 milhões, com margem bruta de 51,9%;
- **SG&A do Varejo** totalizou R\$270,8 milhões, com redução nominal de -1,7% a.a. no 2T18;
- **EBITDA Ajustado do Varejo** de R\$ 14,6 milhões, com crescimento de 20,0% a.a. no 2T18;
- **Vendas do e-commerce** cresceram 32,6% a.a. no 2T18;
- Operação de **Produtos e Serviços Financeiros** apresentou EBITDA de R\$ 34,2 milhões, crescimento de 8,2%;
- **Redução de 47% no prejuízo antes do IR/CSLL**, consequência de uma melhoria marginal no resultado operacional, associado a menor depreciação e despesas financeiras.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mm, exceto dados operacionais)	2T17	2T18	Var (%)	6M17	6M18	Var (%)
Destaques Operacionais						
Número Total de Lojas - final do período	388	387	-0,3%	388	387	-0,3%
Área de Vendas ('000 m ²) - final do período	405,2	405,0	-0,1%	405,2	405,0	-0,1%
Área de Vendas ('000 m ²) - média do período	405,5	405,0	-0,1%	410,3	405,1	-1,3%
Cartão Private Label (**)						
Contas aptas (mil contas)	10.597	10.877	2,6%	10.597	10.877	2,6%
Contas ativas (mil contas)	1.850	1.656	-10,5%	1.850	1.656	-10,5%
Cartão Co-Branded (**)						
Contas aptas (mil contas)	1.093	1.013	-7,3%	1.093	1.013	-7,3%
Contas ativas (mil contas)	897	930	3,7%	897	930	3,7%
Participação dos Cartões nas Vendas de Varejo						
Cartão Private Label	44,8%	44,4%	-0,4 p.p.	44,2%	42,9%	-1,3 p.p.
Cartão Co-Branded	41,2%	39,6%	-1,6 p.p.	40,5%	38,3%	-2,2 p.p.
Cartão Private Label	3,6%	4,8%	1,2 p.p.	3,6%	4,6%	1,0 p.p.
Destaques Financeiros Consolidados						
Receita operacional líquida (ROL) - Varejo	547,3	532,0	-2,8%	996,8	961,3	-3,6%
SSS(*)	-13,5%	-2,6%		-8,5%	-3,2%	
Lucro Bruto Varejo	292,7	276,3	-5,6%	523,1	484,6	-7,4%
Margem Bruta	53,5%	51,9%	-1,5 p.p.	52,5%	50,4%	-2,1 p.p.
SG&A Varejo	(275,6)	(270,8)	-1,7%	(539,6)	(534,1)	-1,0%
EBITDA Ajustado Varejo	12,2	14,6	20,0%	46,0	(18,1)	n.s.
Margem EBITDA Ajustado Varejo	2,2%	2,7%	0,5 p.p.	4,6%	-1,9%	-6,5 p.p.
EBITDA PSF	31,6	34,2	8,2%	108,9	107,7	-1,2%
EBITDA Ajustado Total	43,7	48,8	11,5%	154,9	89,5	-42,2%
% da ROL Varejo	8,0%	9,2%	1,2 p.p.	15,5%	9,3%	-6,2 p.p.
n.s. - não significativa						

Notas:

*) Lojas com mais de 13 meses de operação.

***) Contas Aptas: número total de CPFs registrados, excluídos os cancelados e bloqueados. Tanto no caso do Private Label quanto no caso do Co-branded (dentro da Marisa), Contas Ativas são aquelas que realizaram compras na Marisa nos últimos seis meses. Em média cada Conta Apta do Private Label contém 1,13 cartões aptos (considerando o titular mais cartões adicionais), e 1,16 no caso do Co-Branded.

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Nesse segundo trimestre de 2018, apesar da baixa performance das vendas, a Marisa continuou atuando a fim de proteger suas margens operacionais. Uma forte queda de fluxo de clientes em loja resultante da greve dos caminhoneiros e dos jogos da copa, associada a temperaturas mais amenas no início da estação de inverno, foram responsáveis por grande parte da frustração nas vendas. Não podemos deixar de destacar que a recuperação macroeconômica mais lenta tem tornado a reversão de tendência de vendas bem mais desafiadora. É válido lembrar que as principais clientes da Lojas Marisa tem sido a parcela da população mais afetada pelos altos e prolongados níveis de desemprego.

Apesar dos grandes desafios, a Companhia se mantém focada no processo de ajustes internos para implementação das iniciativas do Programa Transformar. Conforme previsto no seu cronograma original, após os importantes ganhos já obtidos - particularmente no que se refere a gestão do SG&A e eficiência de capitais - nessa sua última etapa, os recursos e a energia do Programa seriam destinados a melhorias na área comercial, particularmente na revisão dos processos de desenvolvimento, planejamento e alocação de produtos. Já pudemos identificar - fruto de tais esforços e também já refletindo as ações do novo time de gestão da área - uma melhor aceitação das novas coleções, tanto do dia das Mães quanto do dia dos Namorados, cujos lançamentos foram suportados pelas também novas campanhas em mídia nacional (clique [aqui](#) para ver), bem como o lançamento da marca Marisa Íntima (em substituição ao Marisa Lingerie).

Ainda dentre as ações relacionadas a área comercial, vale destacar a evolução bastante positiva no processo de correção dos estoques, cujo volume, ao final do trimestre já havia praticamente alcançado o patamar considerado ideal para os atuais níveis de vendas - isso com uma pressão de margem bruta relativamente pequena para a magnitude do ajuste. Correções adicionais, de ordem mais qualitativa, continuaram sendo feitas ao longo do mês de Julho, aproveitando-se da liquidação de fim de estação. Os estoques em níveis mais adequados e melhor balanceados, associados as novas coleções que começam a chegar as lojas, deverão colaborar para uma melhoria na dinâmica de vendas da Companhia nos próximos meses.

No ambiente de lojas - também um dos principais focos dessa etapa do TransforMAR - foi dada continuidade a implementação da nova setorização, com intervenções e mudanças no layout de diversas unidades em todo o país. Tal iniciativa já abrange cerca de 12% do parque total de lojas, sendo parte importante do M2020, o qual contempla também iniciativas relacionadas a melhoria operacional das lojas e retreinamento da força de vendas, dentre outras. Não poderíamos deixar de também chamar a atenção para os pilotos de novas categorias (cosméticos e celulares) cujos resultados iniciais, tem se mostrado bastante animadores.

Reforçando as notícias positivas nas operações de varejo, destacamos o excepcional resultado da operação e-commerce nesse 2T18, quanto tivemos um crescimento superior a 30% nas vendas do canal. Entendemos que tais resultados, além das medidas elencadas acima, refletem os investimentos feitos ao final de 2017 na troca da plataforma tecnológica de suporte a operação (acesse: www.marisa.com.br). Uma nova etapa de investimentos começa agora a ser feita, objetivando a integração dos canais físico e digital, a chamada de omnicanalidade.

Destaque importante relacionado a gestão da estrutura de capital, com conclusão em Junho do importante processo de alongamento no perfil de sua dívida estrutural, com a liquidação da 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$300 milhões - vide pg 8. Tal emissão foi a principal operação no processo de *liability management* iniciado ainda em 2017 e que resultou na nova estrutura de dívidas, com prazos mais longos e praticamente sem incremento no custo médio.

A administração continuará focada na implementação das iniciativas do seu programa de transformação, buscando uma recuperação estrutural e consistente de lacunas na nossa operação. Acreditamos que tais medidas, associados aos ganhos já verificados nas novas coleções, estoques melhor balanceados, eficiente gestão de SG&A e alocação de capitais, deverão continuar suportando a recuperação gradativa nos nossos resultados, conforme já verificado nesse 2T18. Acreditamos também que os avanços relacionados a estrutura de financiamento da Cia nos darão a robustez financeira necessária de forma a permitir a manutenção do foco e energia na continuidade do Programa TransforMAR, mesmo diante do macro mais desafiante, por mais alguns períodos.

Comentário do Desempenho**Varejo**

DRE Varejo (R\$m)	2T17	2T18	Var (%)	6M17	6M18	Var (%)
RECEITA BRUTA	734,8	714,4	-2,8%	1.340,3	1.292,0	-3,6%
Tributos s/ Receita	(187,5)	(182,4)	-2,7%	(343,5)	(330,7)	-3,7%
% de tributos s/ rec. Bruta	-25,5%	-25,5%	0,0 p.p.	-25,6%	-25,6%	0,0 p.p.
RECEITA LIQUIDA	547,3	532,0	-2,8%	996,8	961,3	-3,6%
S.S.S.	-13,5%	-2,6%		-8,5%	-3,2%	
CPV	(254,7)	(255,6)	0,4%	(473,7)	(476,7)	0,6%
LUCRO BRUTO	292,7	276,3	-5,6%	523,1	484,6	-7,4%
Margem Bruta	53,5%	51,9%	-1,5 p.p.	52,5%	50,4%	-2,1 p.p.
Despesas Operacionais	(275,6)	(270,8)	-1,7%	(539,6)	(534,1)	-1,0%
- Despesas com Vendas	(221,8)	(227,4)	2,6%	(440,9)	(444,7)	0,9%
- Despesas Gerais e Adm.	(53,8)	(43,4)	-19,4%	(98,8)	(89,5)	-9,4%
Outras despesas/receitas Oper.	(6,4)	8,0	n.s.	51,4	30,5	-40,7%
EBITDA REPORTADO VAREJO	10,7	13,6	27,3%	34,8	(19,0)	n.s.
- Ajustes*	1,5	1,0	n.s.	11,2	0,9	n.s.
EBITDA AJUSTADO VAREJO	12,2	14,6	20,0%	46,0	(18,1)	n.s.

*Maiores detalhamentos em EBITDA Ajustado Total (pág. 8)

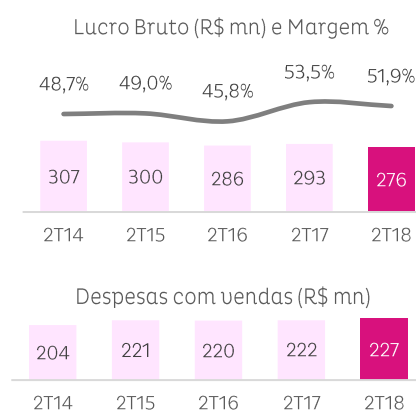
n.s. - não significativa

RECEITA LÍQUIDA: alcançou R\$532 milhões, com redução de 2,8% com relação ao 2T17. Conforme mencionado, a performance de vendas foi negativamente impactada por fatores externos à operação, somados à permanência de um ambiente macro persistentemente desfavorável. Destacamos aqui a forte redução do fluxo de clientes em lojas durante os períodos da Greve dos Caminhoneiros e Copa do Mundo, associados a um início de inverno com temperaturas mais amenas. Também contribuíram negativamente as intervenções e mudanças no layout de importantes lojas - etapa prevista dentro do Programa M2020.

Sob o ângulo de *perfil de loja*, ambos os clusters *POP* e *TOP*, tiveram performance de vendas no campo negativo, indicando que o impacto dos acontecimentos exógenos a operação tiveram efeitos não apenas em regiões mais populares, mas também naquelas que concentram um maior poder de consumo.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA: o lucro bruto do período totalizou R\$276,3 milhões, impactado pela fraca performance de vendas e também pela margem bruta do trimestre, que apresentou redução de 170 bps a.a. A pressão na margem bruta é resultado dos esforços da Companhia em corrigir os desbalanceamentos nos estoques mencionados no trimestre anterior. Apesar da queda com relação ao 2T17, a margem bruta do 2T18 permaneceu em níveis bem superiores ao histórico dos últimos anos para tal período, conforme demonstrado no gráfico ao lado.

DESPESAS COM VENDAS: totalizaram R\$ 227 milhões, um aumento nominal de 2,6% a.a., derivado basicamente dos maiores investimentos em marketing, com as demais despesas tendo permanecido sob absoluto controle e ainda refletindo as otimizações alcançadas no âmbito do TransforMAR.



Comentário do Desempenho

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS: totalizaram R\$ 43 milhões, uma redução de 19%, relacionada principalmente a assimetria da base comparável, uma vez que ao longo do 2T17, tivemos diversos gastos não recorrentes incorridos na reestruturação da Companhia. Excluídos tais gastos, o G&A teria apresentado crescimento de 10%, justificados principalmente reforço ocorrido em alguns dos times de gestão, particularmente na área comercial.

Despesas gerais e administrativas
(R\$ mn)

30	33	41	54	43
2T14	2T15	2T16	2T17	2T18

No combinado, o SG&A da Companhia apresentou uma redução de 1,7% no 2T18, atingindo R\$270,8 milhões, o que reflete mais uma vez os contínuos esforços da gestão em busca de ganhos adicionais de eficiência, sem comprometer os investimentos necessários para a recuperação do *top-line*.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS: totalizaram um saldo positivo de R\$8,0 milhões, contra um saldo negativo de R\$6,4 mn no mesmo período do ano anterior. No 2T18, tal grupo de contas foi positivamente impactado pelo reconhecimento de créditos tributários.

EBITDA AJUSTADO VAREJO: totalizou R\$14,6 milhões no 2T18, um crescimento de 20% ante o 2T17. Conforme visto anteriormente, apesar da queda nas receitas e da pressão na margem bruta, o controle do SG&A e o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos, acabaram resultando em uma pequena expansão da margem EBITDA, ainda bastante aquém dos objetivos da administração.

Produtos e Serviços Financeiros (PSF)

Produtos e Serviços Financeiros (R\$ mm)	2T17	2T18	Var (%)	6M17	6M18	Var (%)
Cartão Private Label						
Receita de Juros Líquida de Funding	68,9	58,1	-15,6%	141,7	121,5	-14,3%
Receita de Serviços Financeiros	45,2	46,6	3,0%	85,7	88,0	2,7%
Perda Líquida de Recuperações	(63,9)	(55,5)	-13,1%	(83,8)	(75,7)	-9,6%
Margem de Contribuição - Private Label	50,2	49,2	-2,1%	143,6	133,8	-6,8%
Empréstimo Pessoal						
Receita de Juros Líquida de Funding	35,9	38,4	6,8%	72,3	78,0	7,8%
Perda Líquida de Recuperações	(4,1)	(7,1)	73,1%	(11,8)	(14,4)	22,3%
Margem de Contribuição - EP	31,9	31,3	-1,7%	60,5	63,5	5,0%
Margem de Contribuição Cartão Co-Branded	24,1	23,0	-4,6%	48,8	48,7	-0,2%
Custos e Despesas Operacionais	(74,6)	(69,1)	-7,4%	(143,9)	(138,3)	-3,9%
EBITDA PSF	31,6	34,2	8,2%	108,9	107,7	-1,2%

CARTÃO PRIVATE LABEL: A participação do cartão Private Label atingiu 39,6% das vendas do trimestre, uma redução de 1,6 p.p. em relação ao 2T17, parcialmente compensada pela maior participação do Co-Branded.

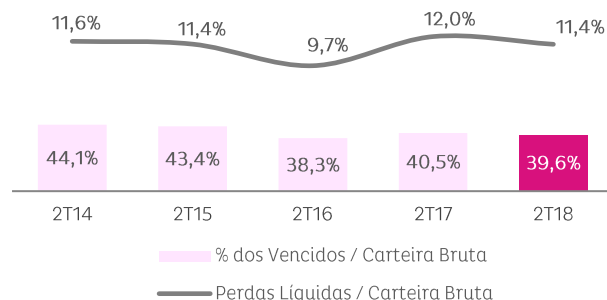
A *Receita de Juros, Líquida de Custos de Captação* alcançou R\$58,1 milhões, uma redução de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal redução resulta da menor geração de carteira – fruto da menor penetração do Private Label nas vendas, e menores vendas do varejo nos últimos meses. Já a receita de serviços financeiros alcançou R\$46,6 milhões, um crescimento de 3% ante o período anterior.

As *Perdas, líquidas de recuperações*, por sua vez, totalizaram R\$55,5 milhões, redução de 13,1% ante o mesmo período do ano anterior. As perdas sobre carteiras também apresentaram redução a.a., atingindo 11,4% no 2T18, uma redução de 60 bps.

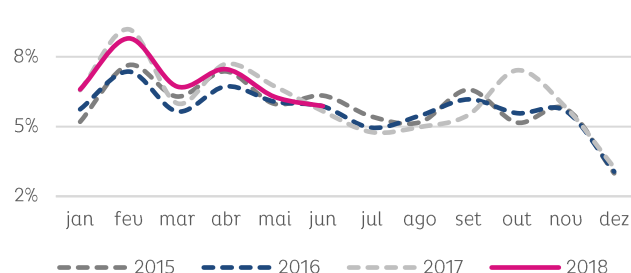
Comentário do Desempenho

Os indicadores de *aging* e EFFICC permanecerem dentro de níveis estáveis para o padrão histórico.

Perda sobre Carteira – Private Label



EFFICC – Private Label

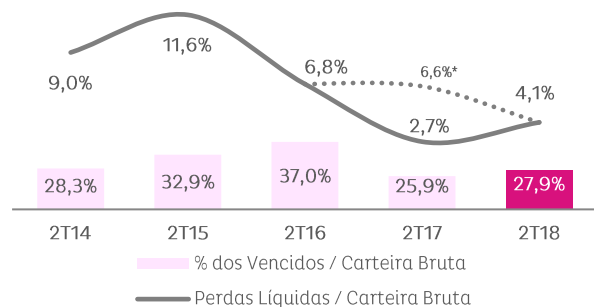


EMPRÉSTIMO PESSOAL: a *Receita de Juros, líquida de custos de captação* totalizou R\$38,4 milhões, um crescimento de 6,8% ante o 2T17, aumento que decorre principalmente do crescimento da carteira verificada nos últimos períodos.

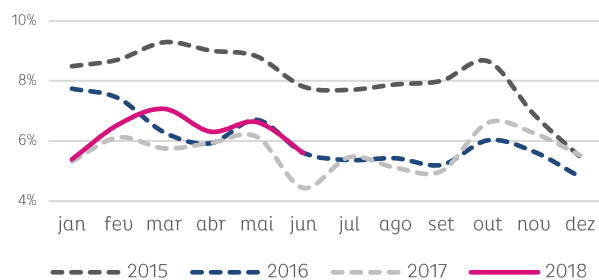
As *Perdas, líquidas de recuperações*, por sua vez, totalizaram R\$7,1 milhões, ou ainda 4,1% em relação à carteira, com aumento com relação ao 2T17. Tal aumento deve-se ao maior nível do total de vencidas sobre a carteira.

O maior nível verificado no indicador prospectivo (EFFICC) do Empréstimo Pessoal está em linha com as projeções da Companhia para os valores atuais da carteira de recebíveis do produto.

Perda sobre Carteira – EP



EFFICC – EP



*Exclusão do efeito da venda da carteira do EP acima de 360 dias no 2T17

CARTÃO CO-BRANDED: a *Margem de Contribuição* do produto totalizou R\$23,0 milhões, apresentando queda de -4,6% em relação ao 2T17, impactada principalmente pelas mudanças regulatórias da taxa do rotativo, que tiveram início no 3T17.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS recorrentes alcançaram R\$ 69,1 milhões, redução de -7,4% a.a., em linha com os ganhos de eficiência também obtidos na operação de varejo.

EBITDA PSF: apesar das menores receitas do PL e da também menor contribuição do Cartão Bandeira, as menores despesas foram suficientes para que o EBITDA da operação de PSF apresentasse um crescimento de 8,2% com relação ao 2T17, totalizando R\$34,2 milhões.

Comentário do Desempenho

Contas a receber

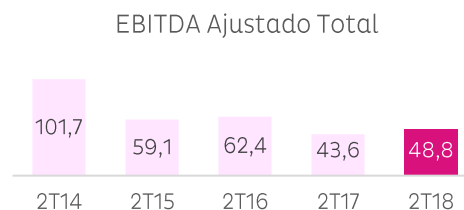
Contas a receber de clientes (R\$ mn)	jun/16	jun/17	jun/18
Private Label - carteira bruta	550,4	533,2	487,5
Em dia:	339,8	317,3	294,5
% Em dia s/ Total	61,7%	59,5%	60,4%
Vencidas:	210,6	215,9	193,0
% Vencida s/ Total	38,3%	40,5%	39,6%
Saldo da PDD	(56,8)	(67,9)	(65,5)
Private Label - carteira líquida	493,6	465,3	422,0
Empréstimo pessoal - carteira bruta	147,1	149,6	173,4
Em dia:	92,7	110,9	125,0
% Em dia s/ Total	63,0%	74,1%	72,1%
Vencidas:	54,4	38,7	48,4
% Vencida s/ Total	37,0%	25,9%	27,9%
Saldo da PDD	(50,1)	(34,9)	(35,3)
Empréstimo Pessoal - carteira líquida	97,0	114,7	138,1
Outras contas a receber	165,8	71,0	113,0
Ajuste a valor presente	(6,4)	(4,7)	(3,1)
Carteira de contas a receber, líquida	749,9	646,4	670,1

A carteira bruta do Private Label encerrou Jun/18 em R\$ 487,5 milhões, redução de 8,6% ante Jun/17, fruto tanto das menores vendas de varejo no período, quanto da menor participação do cartão PL nas vendas totais da Companhia.

A carteira bruta do Empréstimo Pessoal em Jun/18 totalizou R\$ 173,4 milhões, 15,9% maior que o balanço de Jun/17. O percentual de vencidos apresentou pequena elevação com relação ao período anterior, mas ainda assim permanece em níveis históricos baixos.

EBITDA Ajustado Total: Varejo + PSF

EBITDA Ajustado Total (R\$mn)	2T17	2T18	6M17	6M18
LUCRO LÍQUIDO	(24,4)	(37,0)	(9,6)	(78,1)
(+) Imposto de Renda e CSLL	(2,8)	22,6	11,0	50,9
(+) Financeiras, Líquidas	30,7	27,2	64,5	44,3
(+) Depreciação e Amortização	38,6	35,0	78,0	71,4
EBITDA TOTAL	42,2	47,8	143,8	88,5
(+) Plano de opção de compra de ações	0,7	0,7	1,3	0,6
(+) Baixa de ativo imobilizado	0,7	0,3	9,9	0,3
EBITDA AJUSTADO TOTAL	43,6	48,8	154,9	89,4



De acordo com o previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Tais ajustes se fundamentam em: a) o Plano de Opções de Compra de Ações - corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de aquisição do direito ao exercício e tem como contrapartida a Reserva de Capital do Patrimônio Líquido e, portanto, não representa saída de caixa; b) a Baixa de Ativo Imobilizado refere-se aos resultados apurados na venda ou baixa de ativos fixos, na sua maior parte, sem nenhum impacto no caixa; e c) a Baixa de Investimentos, que represente a baixa de parte do ágio sobre o investimento da Netpoints, sem efeito caixa.

O EBITDA Ajustado do 2T18 apresentou crescimento de 11,8% em comparação ao 2T17, impactado tanto pela positiva performance do EBITDA do varejo, quanto pelo crescimento do resultado de PSF.

Comentário do Desempenho

Endividamento Líquido e Resultado Financeiro Líquido

No final do 2T18, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$ 603 milhões. Vale ressaltar que, conforme comunicado ao mercado (vide [aqui](#)), em 25/Jun/18 a Marisa captou o montante de R\$300 mn através de sua 4ª emissão de debêntures, concluindo assim a principal etapa do *liability management* previsto para o ano. A estrutura de dívidas resultante apresenta um prazo médio superior em relação à estrutura anterior, sem acréscimo material no custo médio.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 27,2 milhões, 11,2% abaixo do resultado também negativo do 2T17, fruto principalmente da queda nas taxas de juros e do impacto positivo da parcela de correção monetária dos créditos tributários.

A alavancagem do balanço da Companhia teve uma leve alta, passando de 44% em jun/17 para 49% em jun/18. Já a relação dívida líquida/EBITDA passou de 2,5x para 2,8x no 2T18 – basicamente devido à redução do EBITDA LTM.

Endividamento Líquido (R\$ mm)	2T17	2T18	Despesas e Receitas Financeiras	2T17	2T18
Composição da Dívida Líquida			Despesas Financeiras	(39,3)	(39,2)
Dívida bruta	805,7	853,3	Despesa com juros e Corr. Mon.*	(16,8)	(20,8)
Dívida de curto prazo	505,8	369,9	AVP	(14,4)	(13,4)
(-) Aplicações em garantia	-	(62,2)	Instrumentos Financeiros e outros	(8,1)	(4,9)
Dívida de longo prazo	299,9	545,5	Receitas Financeiras	8,6	12,0
Caixa e aplicações financeiras	278,9	250,2	Rendimento de Aplicações e Corr. Mon.*	7,1	12,1
Dívida líquida (A)	526,8	603,0	Outros	1,5	(0,1)
Patrimônio líquido (B)	1.006,7	880,7	Total	(30,7)	(27,2)
Capital total (A+B)	1.533,5	1.483,8	*Correção Monetária		

Alavancagem Financeira

Dívida bruta / (Dív. bruta + PL)	44%	49%
Dívida líquida / (Dív. líquida + PL)	34%	41%
Dívida líquida / EBITDA L12M (x)	2,5x	2,8x

Nota: (a) EBITDA L12M é calculado com base no EBITDA Ajustado, (b) Dívida Bruta deduzida de aplicações em garantia "cash colateral" de R\$ 62,2mn

Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA (R\$ Milhares)	6M17	6M18
EBITDA Ajustado	154.946	89.369
- IR, CSLL e outros	(28.315)	(63.143)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	126.631	26.226
Capital de Giro	(179.398)	(20.256)
Investimentos	(23.831)	(25.611)
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	(76.598)	(19.641)
Equity	-	-
Debt	(66.699)	(199.939)
VARIAÇÃO FINAL DE CAIXA	(143.297)	(219.580)
Saldo Inicial de Caixa	419.058	457.534
Saldo Final de Caixa	275.761	237.954
Dívida Líquida	526.827	603.019
Dívida Líquida/EBITDA L12M	2,5x	2,8x

Apesar do menor Ebitda Ajustado, resultante principalmente do menor patamar de créditos tributários entre os dois períodos, o fluxo de caixa operacional evoluiu de forma positiva, principalmente em função da melhor gestão do Capital de Giro, impulsionada pela adequação nos níveis de estoque.

O nível de 2,8x da relação dívida líquida/EBITDA permanece abaixo dos *covenants* fixados contratualmente, de 3,5x.

Comentário do Desempenho**Resultado Operacional Consolidado – R\$ mil**

CONSOLIDADO	2T17	2T18	Var (%)	6M17	6M18	Var (%)
RECEITA BRUTA	905.983	879.231	-3,0%	1.684.112	1.623.612	-3,6%
Receita Bruta - Varejo	734.809	714.369	-2,8%	1.340.262	1.291.983	-3,6%
Receita Bruta - PSF	171.174	164.862	-3,7%	343.850	331.629	-3,6%
Tributos s/ Receita	(194.294)	(189.417)	-2,5%	(356.993)	(345.153)	-3,3%
Tributos s/ Receita - Varejo	(187.484)	(182.398)	-2,7%	(343.459)	(330.679)	-3,7%
Tributos s/ Receita - PSF	(6.810)	(7.019)	3,1%	(13.534)	(14.474)	6,9%
RECEITA LIQUIDA	711.689	689.814	-3,1%	1.327.119	1.278.459	-3,7%
Receita Líquida - Varejo	547.325	531.971	-2,8%	996.803	961.304	-3,6%
Receita Líquida - PSF	164.364	157.843	-4,0%	330.316	317.155	-4,0%
CPV	(370.253)	(362.286)	-2,2%	(665.207)	(651.779)	-2,0%
CPV - Varejo	(254.659)	(255.623)	0,4%	(473.725)	(476.695)	0,6%
CPV - PSF	(115.594)	(106.663)	-7,7%	(191.482)	(175.084)	-8,6%
LUCRO BRUTO	341.436	327.528	-4,1%	661.912	626.680	-5,3%
Lucro Bruto - Varejo	292.666	276.348	-5,6%	523.078	484.609	-7,4%
Lucro Bruto - PSF	48.770	51.180	4,9%	138.834	142.071	2,3%
Despesas Operacionais	(289.880)	(283.683)	-2,1%	(565.779)	(561.765)	-0,7%
Despesas com Vendas - Varejo	(221.752)	(227.419)	2,6%	(440.873)	(444.651)	0,9%
Despesas Gerais e Administrativas - Varejo	(53.800)	(43.356)	-19,4%	(98.757)	(89.469)	-9,4%
Despesas Gerais e Administrativas - PSF	(14.328)	(12.908)	-9,9%	(26.149)	(27.645)	5,7%
Outras Despesas e Receitas Oper.	(9.395)	3.948	n.s.	47.644	23.580	-50,5%
Outras Despesas e Receitas Oper. - Varejo	(6.430)	8.032	n.s.	51.381	30.488	-40,7%
Outras Despesas e Receitas Oper. - PSF	(2.965)	(4.084)	37,7%	(3.737)	(6.908)	n.s.
- Depreciação e Amortização	(38.629)	(34.972)	-9,5%	(77.977)	(71.374)	-8,5%
Lucro Operacional antes do Result. Fin.	3.532	12.821	263,0%	65.800	17.121	-74,0%
- Financeiras, Líquidas	(30.682)	(27.238)	-11,2%	(64.463)	(44.313)	-31,3%
Lucro antes do IR e CS	(27.150)	(14.417)	-46,9%	1.337	(27.192)	n.s.
- Imposto de Renda e Contribuição Social	2.771	(22.591)	n.s.	(10.970)	(50.896)	n.s.
Lucro Líquido	(24.379)	(37.008)	51,8%	(9.633)	(78.088)	n.s.

LUCRO LÍQUIDO: A Marisa Lojas encerrou o 2T18 com um prejuízo líquido de R\$37,0 mn, ante um prejuízo de R\$24,4 mn no 2T17. Tal variação é relacionada principalmente à assimetria da base comparável, derivada da suspensão do reconhecimento contábil dos créditos de Imposto de Renda diferidos sobre o prejuízo fiscal no Demonstrativo de Resultado (suspensão com início no 3T17). Apesar de tal assimetria, é válido ressaltar que a Companhia apresentou redução de 47% no prejuízo antes do IR/CSLL, consequência de uma melhoria marginal no resultado operacional, associado a menor depreciação e despesas financeiras.

Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial**

ATIVO (R\$ milhares)	jun/17	jun/18	Var (%)	PASSIVO (R\$ milhares)	jun/17	jun/18	Var (%)
CIRCULANTE	1.559.630	1.592.229	2,1%	CIRCULANTE	1.120.230	982.117	-12,3%
Caixa e equivalentes de caixa	275.761	237.954	-13,7%	Fornecedores	319.037	283.005	-11,3%
Títulos e valores mobiliários	3.139	911	-71,0%	Fornecedores Convênio	15.541	105.182	n.s.
Instrumentos financeiros	-	11.373	n.s.	Empréstimos e financiamentos	505.802	366.172	-27,6%
Contas a receber de clientes	646.359	670.070	3,7%	Salários, provisões e contr. sociais	79.935	80.010	0,1%
Estoques	437.564	428.768	-2,0%	Impostos a recolher	36.295	48.214	32,8%
Impostos a recuperar	44.362	88.312	99,1%	Instrumentos financeiros	30.913	3.754	-87,9%
Imp. Renda e Cont. Social	66.555	52.760	-20,7%	Aluguéis a pagar	22.200	21.650	-2,5%
Outros créditos	85.890	102.081	18,9%	Imp. Renda e Cont. Social	19.136	-	-100,0%
Partes relacionadas	-	-	n.s.	Receita diferida	22.630	17.474	-22,8%
				Outras obrigações	68.741	56.646	-17,6%
				Partes relacionadas	-	10	n.s.
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE	480.960	706.968	47,0%
IR e CSLL diferidos	416.713	385.166	-7,6%	Empréstimos e financiamentos	299.925	545.509	81,9%
Impostos a recuperar	2.741	3.662	33,6%	Provisão p/ litígios e demandas judiciais	94.526	97.514	3,2%
Depósitos judiciais	102.915	125.834	22,3%	Receita diferida	86.509	63.945	-26,1%
Títulos e valores mobiliários	27.710	62.178	124,4%				
Partes relacionadas	1.502	-	n.s.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	1.006.702	880.740	-12,5%
Investimentos	17.549	12.173	-30,6%	Capital social	899.597	899.597	0,0%
Imobilizado	347.959	271.813	-21,9%	Ações em Tesouraria	-	(747)	n.s.
Intangível	131.173	116.770	-11,0%	Reservas de lucros	117.008	56.570	-51,7%
				Reserva de opção de ações	2.531	3.545	n.s.
				Outros resultados abrangentes	(2.802)	4.871	n.s.
				Lucros acumulados	(9.632)	(83.096)	n.s.
Total do ativo não circulante	1.048.262	977.596	-6,7%	TOTAL DO PASSIVO E PL	2.607.892	2.569.825	-1,5%
TOTAL DO ATIVO	2.607.892	2.569.825	-1,5%				

n.s. - não significativa

Comentário do Desempenho**Fluxo de Caixa Indireto**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6M17	6M18
Prejuízo líquido do período	(9.632)	(78.088)
Ajustes p/ reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	77.977	71.372
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	10.021	556
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	19.093	14.632
(Reversão) provisão para perdas dos estoques	(14.814)	(3.749)
Provisão para perdas do imobilizado e intangível	-	(49)
Plano de opção de compra de ações (stock option)	1.285	605
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	44.077	43.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.174)	22.241
Amortização da receita diferida	(4.339)	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	(61.051)	2.434
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	10.405	111.086
Estoques	(84.512)	(6.635)
Títulos e valores mobiliários	(228)	(39.807)
Tributos a recuperar	(10.032)	(44.270)
Partes relacionadas	27	504
Depósitos judiciais	(23.524)	(19.354)
Outros créditos	(22.861)	(31.223)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	26.036	(44.722)
Fornecedores convênio	(962)	79.319
Operações de crédito	-	25.050
Tributos a recolher	16.326	(42.204)
Instrumentos Financeiros	2.744	(34.776)
Receita diferida	75.000	(15.983)
Salários, provisões e encargos sociais	4.294	(2.418)
Partes relacionadas	(6.604)	10
Provisão de litígios e demandas judiciais	(8.304)	(3.679)
Aluguéis a pagar	(1.408)	(6.150)
Outras obrigações	(1.007)	(9.216)
Caixa gerado nas operações	(7.167)	(10.726)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.738)	(21.116)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(59.905)	(31.842)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(23.830)	(25.611)
Aquisição de imobilizado	(9.283)	(10.015)
Aquisição de ativo intangível	(14.547)	(15.596)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(59.561)	(162.128)
Captação de empréstimos e financiamentos	13.360	418.101
Amortização de empréstimos e financiamentos	(37.701)	(551.064)
Juros pagos	(35.219)	(28.418)
Aumento de capital por opção de compra exercida	-	(747)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(143.296)	(219.580)
No início do exercício	419.058	457.534
No fim do exercício	275.761	237.954

Notas Explicativas

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Controladora”), é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão”) sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível “Novo Mercado” de Governança Corporativa.

A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas. Individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Marisa”), tem como principais negócios:

- Comércio varejista e atacadista de produtos de consumo, comércio eletrônico;
- Concessão de empréstimos para pessoas físicas;
- Administração de cartão de crédito próprio e de terceiros (embandeirado), intermediação de seguros, dentre outros.

1.1 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2018, foi autorizada a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

2. EMPRESAS CONTROLADAS

As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia incluem as empresas descritas nos subitens a seguir:

2.1 CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA (“CLUB”)

A Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (CLUB) tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa.

2.2 MAX Participações Ltda. (“MAX”)

A MAX opera como holding investindo na sociedade SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”).

2.3 SAX S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“SAX”)

A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”) tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.

2.4 REGISTRADA MARCAS, PATENTES E ROYALTIES LTDA. (“REGISTRADA”)

A Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (“Registrada”) - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As informações financeiras intermediárias da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO

5.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A aquisição de 20% do capital total da Netpoints em abril de 2014 não caracteriza aquisição de controle e, por não atender aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as informações financeiras da Netpoints não estão sendo consolidadas.

5.2 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A elaboração das informações financeiras intermediárias também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia em relação ao futuro que impactam sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das informações trimestrais, estão contempladas a seguir:

5.2.1 Provisões para perdas em estoques

Notas Explicativas

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

5.2.2 Provisão para perdas em crédito

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento.

Com base nos níveis históricos de inadimplência aplica-se um percentual para cada faixa dos valores vencidos. Com a implementação do IFRS 9/CPC 48, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes.

5.2.3 Provisões para desvalorização de estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no período com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

5.2.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração avalia periodicamente com base na expectativa de lucros futuros a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

5.2.5 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação disponíveis. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

5.2.6 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas em ações e derivativos de ações, com seus funcionários, baseado no valor justo de tais instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa de tal valor justo dos pagamentos requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5.2.7 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das informações financeiras intermediárias. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.3 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente

Notas Explicativas

nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

6. DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO 'DVA'

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS'.

7. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS VIGENTES A PARTIR DE 2018 E NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES A SEREM ADOTADAS A PARTIR DE 2019.

7.1 IFRS 16/CPC 06 (R2) (em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019) – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Norma IFRS 16/CPC 06 (R2) tem sua vigência e aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019. O objetivo do pronunciamento é unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está quantificando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a contratos de arrendamento mercantil relacionados as lojas, devido ao número de contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia.

A nova norma requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos relativos a aplicação desta norma. Dado a quantidade de contratos e suas especificidades, não foi possível até o momento concluir tais análises. No entanto, o entendimento preliminar da Administração é que o maior impacto será na mudança da forma de reconhecimento dos contratos de locação das lojas, que passarão, a depender da sua extensão e natureza, ser contabilizados contra o ativo da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

7.2 CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A norma IFRS 15/CPC 47 (em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia decorrem de três segmentos operacionais: (i) atuação nos segmentos varejistas de artigos de vestuários em geral e outros próprios de lojas de departamentos; (ii) oferta de produtos e prestação de serviços financeiros através da administração de cartões de crédito próprio (modalidades de "private label" e "co-branded") e (iii) empréstimos pessoais através da controlada Sax.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a

Notas Explicativas

transferência do controle pela entrega do produto. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47

7.3 IFRS 9/CPC 48 (em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018) em substituição a norma IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia avaliou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento;
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui “indícios de perda por redução ao valor recuperável” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em ‘despesas com vendas’, semelhante à apresentação no CPC 38 / IAS 39.

Notas Explicativas

Impacto do novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável - Para ativos no escopo do modelo de perdas do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de valor recuperável devem aumentar e se tornar mais voláteis.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para os clientes das modalidades de cartão de crédito e empréstimo pessoal.

c) Contabilidade de Hedge

A Companhia não identificou impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

7.4 APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA APLICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

	Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39 em 31/12/2017		Nova Classificação de Acordo com o CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018			
	Empréstimos e Recebíveis	VJR	Custo Amortizado	VJR	VJORA	VJIH
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>						
Caixa	-	12.636	12.636	-	-	-
Bancos conta movimento	-	28.751	28.751	-	-	-
<i>Aplicações Financeiras</i>						
Operações compromissadas Debêntures	-	268.230	-	268.230	-	-
Operações compromissadas CDB	-	121.819	-	121.819	-	-
Operações compromissadas CDI	-	25.918	-	25.918	-	-
Fundos de investimentos	-	180	-	180	-	-
<i>Títulos e Valores mobiliários</i>						
Bancos Bloqueio Judicial	-	21.018	21.018	-	-	-
CDB Bloqueio Judicial	-	406	406	-	-	-
Operações compromissadas	-	376	376	-	-	-
Braskem Ações	-	971	-	971	-	-
Bloqueio Judicial	-	512	512	-	-	-
Contas a receber de clientes (a)	800.797	-	800.797	-	-	-
Outros Créditos	70.858	-	70.858	-	-	-
Depósitos judiciais	106.480	-	106.480	-	-	-
Fornecedores	(353.590)	-	(353.590)	-	-	-
Empréstimos	(1.004.225)	-	(1.004.225)	-	-	-
Swap sobre empréstimos	32.139	-	-	32.139	-	-

Notas Explicativas

NDF's Instrumentos financeiros derivativos (b)	-	(644)	-	-	-	(644)
Arrendamento mercantil	(252)	-	(252)	-	-	-
Total	(347.793)	480.173	(316.233)	449.257	-	(644)

a) O saldo de 01 de janeiro de 2018 já considera o ajuste da adoção inicial no patrimônio líquido do IFRS 9 / CPC 48 referente ao impairment da carteira de recebíveis.

b) O valor inclui instrumentos derivativos designados para hedge accounting que são reclassificados como valor justo – instrumentos de hedge.

Impacto no Balanço Patrimonial

	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	457.534	-	457.534
Títulos e valores mobiliários	970	-	970
Contas a receber de clientes	800.797	(7.435)	793.362
Estoques	418.384	-	418.384
Partes relacionadas	504	-	504
Tributos a recuperar	28.788	-	28.788
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	69.477	-	69.477
Outros créditos	70.858	-	70.858
Total do Ativo Circulante	1.847.312	(7.435)	1.839.877
Ativo não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	407.407	2.427	409.834
Tributos a recuperar	2.199	-	2.199
Depósitos judiciais	106.480	-	106.480
Títulos e valores mobiliários	22.312	-	22.312
Total do realizável a longo prazo	538.398	2.427	540.825
Investimentos	12.173	-	12.173
Imobilizado	311.696	-	311.696
Intangível	123.153	-	123.153
Total do ativo não circulante	985.420	2.247	987.847
TOTAL DO ATIVO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

Impacto no Balanço Patrimonial

	Conforme apresentado em 31/12/207	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018
Passivo Circulante			
Fornecedores	327.727	-	327.727
Fornecedores convênio	25.863	-	25.863
Empréstimos e financiamentos	581.751	-	581.751
Salários, provisões e contribuições sociais	82.428	-	82.428
Tributos a recolher	90.595	-	90.595
Alugueis a pagar	27.800	-	27.800
Instrumentos financeiros	31.495	-	31.495
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.939	-	20.939
Receita Diferida	19.800	-	19.800
Outras Obrigações	65.859	-	65.859
Total do Passivo Circulante	1.274.257	-	1.274.257

Notas Explicativas

Passivo não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	422.474	-	422.474
Provisão para litígios e demandas judiciais	98.759	-	98.759
Receita Diferida	77.602	-	77.602
Total do Passivo não Circulante	598.835	-	598.835
Patrimônio Líquido			
Capital Social	899.597	-	899.597
Reserva de lucros	117.008	-	117.008
Reserva de capital	2.940	-	2.940
Ajustes de avaliação patrimonial	533	-	533
Prejuízos acumulados	(60.438)	(5.008)	(65.446)
Total do Patrimônio Líquido	959.640	-	954.632
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

8.2 COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa	9.700	12.628	9.707	12.636
Bancos conta movimento	11.138	27.457	12.487	28.751
Aplicações financeiras (abertura em 8.3)	114.793	206.246	215.760	416.147
	135.631	246.331	237.954	457.534

8.3 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Operações compromissadas Debêntures (i)	52.654	191.873	75.814	268.230
Operações compromissadas CDB (ii)	27.357	14.193	54.957	121.819
Operações compromissadas CDI (iii)	-	-	50.207	25.918
Fundos de Investimentos (iv)	34.782	180	34.782	180
	114.793	206.246	215.760	416.147

Notas Explicativas

- (i) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento, que em 30 de junho de 2018 apresentou remuneração média de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,88% em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, que em 30 de junho de 2018 apresentou remuneração média de 99,40% do CDI (102,41% em 31 de dezembro de 2017).
- (iii) Refere-se a aplicações em CDI – Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, que em 30 de junho de 2018 apresentou remuneração média de 97,97% do CDI (97,97% em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Fundos de Investimentos dados em Garantia da operação do cartão de crédito co-branded Marisa, da parceria com o Itaú.

8.4 COMPOSIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Bancos Bloqueio Judicial (a)	-	-	771	18.630	846	21.018
CDB Bloqueio Judicial	(b)	(b)	224	305	400	406
Operações compromissadas	(c)	(c)	51	240	93	376
Fundos Investimentos	(d)	(d)	40.009	-	40.009	-
Aplicações em CDB	(e)	(e)	20.232	-	20.232	-
Braskem Ações			911	971	911	971
Bloqueio Judicial			519	509	598	512
			<u>62.717</u>	<u>20.655</u>	<u>63.089</u>	<u>23.283</u>
Ativo circulante			911	971	911	971
Ativo não circulante			<u>61.806</u>	<u>19.684</u>	<u>62.178</u>	<u>22.312</u>
			<u>62.717</u>	<u>20.655</u>	<u>63.089</u>	<u>23.283</u>

- (a) Refere-se aos saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais e fiança à operação de *co-branded* com o Itaú.
- (b) Aplicações em CDB com rendimento médio de 99,48% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (99,10% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- (c) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento médio de 96,44% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (de 99,51% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- (d) Fundos de Investimentos dados em Garantia das Operações com Debentures relativas a 4ª emissão.
- (e) Refere-se a aplicações em CDB dados em garantia na operação de FRN Santander, que em 30 de junho de 2018 apresentou remuneração média de 99,40% do CDI.

8.5 RISCO DE CRÉDITO

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e aplicações financeiras devem ser aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Notas Explicativas

9.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelo valor faturado, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média estimada de custo de capital da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as perdas esperadas na realização dos créditos.

9.2 COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	73.267	149.841	73.264	149.841
Contas a receber – Cartão Marisa	54.899	116.490	487.500	535.914
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (b)	32.778	36.901	32.778	36.901
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	6.287	9.074
Operações de crédito pessoal – SAX	-	-	173.378	158.822
Outras contas a receber	43	201	716	448
Ajuste a valor presente	(3.110)	(4.092)	(3.110)	(4.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	(100.743)	(86.111)
	<u>157.877</u>	<u>299.341</u>	<u>670.070</u>	<u>800.797</u>

- (a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento em até 90 dias é de 98,9% em 30 de junho de 2018 (96% em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
- (c) O critério de provisão do Cartão Marisa, tem como base o histórico de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos da norma internacional IFRS 9/ CPC 48. Tal critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do percentual de provisão não é comparável com o utilizado para carteiras crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Res. 2682), que estabelece, entre outros o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

9.3 PROVISÃO PARA PERDAS EM CRÉDITO

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidos em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

9.3.1 Movimentação das provisões para perdas em crédito

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(83.649)
Créditos provisionados no período	(247.457)
Créditos baixados definitivamente	244.995
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(86.111)
Créditos provisionados no semestre	(122.659)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	(3.684)

Notas Explicativas

Créditos baixados definitivamente	111.711
Saldo em 30 de junho de 2018	(100.743)

9.4 AGING DA CARTEIRA – CARTÃO DE CRÉDITO MARISA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas a receber de cliente				
A vencer:				
Até 30 dias	34.369	58.438	98.975	114.688
De 31 a 60 dias	13.701	1.164	53.138	65.127
De 61 a 90 dias	3.783	54.814	45.483	57.784
De 91 a 120 dias	993	626	31.965	41.889
De 121 a 150 dias	554	402	21.657	30.583
De 151 a 180 dias	349	299	13.802	17.748
De 181 a 210 dias	344	268	10.201	15.336
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	806	479	19.308	25.543
Soma do saldo A vencer	54.899	116.490	294.529	368.698
Percentual sobre a Carteira Total	100%	100%	60,4%	68,8%
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	69.661	63.283
De 31 a 60 dias	-	-	27.384	24.315
De 61 a 90 dias	-	-	22.928	24.141
De 91 a 120 dias	-	-	25.037	21.059
De 121 a 150 dias	-	-	22.402	18.237
De 151 a 180 dias	-	-	25.559	16.181
Soma do saldo Vencidas	-	-	192.971	167.216
Percentual sobre a Carteira Total	-	-	39,6%	31,2%
Soma dos saldos A vencer e Vencidas	54.899	116.490	487.500	535.914

9.5 AGING DA CARTEIRA – EMPRÉSTIMO PESSOAL (SAX)

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer:		
Até 30 dias	26.653	25.037
De 31 a 60 dias	21.658	21.642
De 61 a 90 dias	17.889	16.855
De 91 a 180 dias	35.426	32.668
Acima de 181 dias	23.324	19.959
Soma do saldo A vencer	124.950	116.161
Percentual sobre a Carteira Total	72,1%	73,1%
Vencidas:		
Até 30 dias	8.923	8.743
De 31 a 60 dias	6.612	5.448
De 61 a 90 dias	5.913	4.698
De 91 a 120 dias	5.200	4.350
De 121 a 150 dias	4.918	3.886
De 151 a 180 dias	4.301	3.600
De 181 a 240 dias	6.717	6.159
De 241 a 300 dias	4.198	4.008
De 300 a 360 dias	1.646	1.769
Soma do saldo Vencidas	48.428	42.661
Percentual sobre a Carteira Total	27,9%	26,9%

Notas Explicativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Soma dos saldos A vencer e Vencidas	173.378	158.822

9.6 RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados a área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento através de análise de crédito.

10 ESTOQUES

10.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se a taxa média do custo de capital da Companhia.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

10.2 COMPOSIÇÃO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mercadorias para revenda	411.652	365.199	411.652	365.199
Provisões para perdas dos estoques	(8.882)	(12.631)	(8.882)	(12.631)
Mercadorias para revenda, líquidas	402.770	352.568	402.770	352.568
Importação em andamento	13.082	53.934	13.082	53.934
Estoque de material de consumo e embalagem	12.916	11.882	12.916	11.882
	<u>428.768</u>	<u>418.384</u>	<u>428.768</u>	<u>418.384</u>

10.3 PROVISÃO PARA PERDAS

	<u>Controladora/ Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(12.631)
Provisão registrada	(10.891)
Baixa de provisão	14.640
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>(8.882)</u>

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

11.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Notas Explicativas

Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados as atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são contabilizados nos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

11.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços	6.128	7.402	6.128	7.402
Imposto de renda sobre aplicação financeira	8.825	7.239	11.062	7.898
Imposto de Renda Retido na Fonte	103	-	1.788	1.313
Contr. p/ o Financiamento da Seguridade Social (a)	46.028	41	51.681	6.966
Programa de Integração Social (a)	9.856	9	11.177	1.513
Imposto sobre produtos industrializados	3.433	2.849	3.433	2.849
Outros	6.705	3.120	6.705	3.046
	<u>81.078</u>	<u>20.660</u>	<u>91.974</u>	<u>30.987</u>
Ativo circulante	77.416	18.461	88.312	28.788
Ativo não circulante	<u>3.662</u>	<u>2.199</u>	<u>3.662</u>	<u>2.199</u>
	<u>81.078</u>	<u>20.660</u>	<u>91.974</u>	<u>30.987</u>

- (a) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em março deste ano, a Companhia obteve o trânsito em julgado dessa medida judicial, e reconheceu o ativo nos valores da seguinte forma:
- Referente ao período de janeiro a junho de 2015, o reconhecimento e contabilização se deram em março de 2018, que em 30 de junho de 2018 totaliza o montante total de R\$33.232 (incluindo atualização monetária);
 - Para o período de dezembro de 2014, o ativo foi reconhecido e contabilizado no valor de R\$13.667 (incluindo atualização monetária) em junho de 2018.

Adicionalmente, a Companhia obteve decisão favorável em Tribunal Superior, no sentido de reconhecer seu direito de recuperar valores recolhidos indevidamente de PIS/COFINS-Importação do período de 2008 a 2013, incidentes sobre o ICMS e as próprias contribuições que compuseram as suas bases de cálculo das operações de importação de mercadorias para revenda. A Companhia realizou os levantamentos e reconheceu os valores relativos ao período de 2011 a 2013, no valor de R\$8.985 (incluindo atualização monetária) em junho de 2018.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 POLÍTICA CONTABIL

12.1.1 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Notas Explicativas

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

12.1.3 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Nesse sentido, atualmente a Administração entende com base nos dispositivos das normas contábeis, que os saldos são passíveis de serem amortizados nos próximos exercícios (vide composição da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos desta rubrica). A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros compreende e está fundamentada na recuperação do resultado da Companhia a partir da captura dos efeitos das medidas de reestruturação das operações em implementação e também considerando o crescimento esperado para a indústria e inflação projetada. Considera ainda efeitos econômicos e fiscais resultantes de reestruturação de parcerias e créditos tributários previstos.

12.2 BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

O saldo de Imposto de Renda Diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de Contribuição Social da Marisa Lojas, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal	210.027	210.027	210.027	210.027
Base negativa de CSLL	75.610	75.610	75.610	75.610
Receita diferida – parcerias	-	-	29.413	32.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	25.671	23.124
Provisão para litígios e demandas judiciais	29.110	29.473	33.312	34.017
Provisão para perdas nos estoques	2.278	4.295	2.278	4.295
Remuneração variável	947	6.060	1.012	6.207
Comissão de cartões	-	-	588	-
Provisão de aluguéis	1.880	2.667	1.880	2.667
Ajuste a valor presente	768	713	(1.236)	713
Provisão para perdas (ganhos) de “swap”	1.276	4.329	(41)	10.928
Provisão para perdas (ganhos) de hedge accounting	(2.260)	(274)	(2.260)	(274)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 - Perdas Esperadas	-	-	2.427	-
Outros	5.274	5.858	6.485	7.651
	<u>324.909</u>	<u>338.758</u>	<u>385.166</u>	<u>407.407</u>

12.3 MOVIMENTAÇÕES DOS IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS

Controladora Consolidado

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2016	307.112	371.852
Adições	64.047	67.768
Baixas	(32.401)	(32.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	338.758	407.407
Adições	104	7.168
Baixas	(13.953)	(31.836)
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	-	2.427
Saldo em 30 de junho de 2018	324.909	385.166

12.4 REALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL registrados serão integralmente realizados em até dez exercícios conforme quadro abaixo. Para os demais itens constituídos e demonstrados no quadro acima, de acordo com o histórico de realizações das bases que deram origem aos saldos diferidos, a Administração estima o consumo nos próximos quatro anos.

Ano:	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
2019	20.749	20.749	20.749	20.749
2020	15.946	15.946	15.946	15.946
2021	24.704	24.704	24.704	24.704
2022	36.266	36.266	36.266	36.266
2023	35.606	35.606	35.606	35.606
2024 a 2027	152.366	152.366	152.366	152.366
	285.637	285.637	285.637	285.637

12.5 CONCILIAÇÃO DA ALIQUOTA EFETIVA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(66.474)	(41.213)	(27.192)	1.338
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	22.601	14.012	9.245	(455)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Multas sobre autos de infração	(125)	-	(151)	-
Equivalência patrimonial	19.688	21.617	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(4.619)	(4.259)
Outras adições permanentes	(139)	(4.048)	(2.541)	(7.211)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	1.227	-
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(416)	1.490
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Perdas de IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais do período em função de incorporação da controlada Visual	-	-	-	(535)
Efeito de reversão do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores	(53.639)	-	(53.641)	-
	<u>(11.614)</u>	<u>31.581</u>	<u>(50.896)</u>	<u>(10.970)</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos				
Correntes	-	-	(28.463)	(57.588)
Diferidos	(11.614)	31.581	(22.433)	46.618
	<u>(11.614)</u>	<u>31.581</u>	<u>(50.896)</u>	<u>(10.970)</u>
Alíquota Efetiva	17,47%	76,63%	187,17%	819,88%

13 PARTES RELACIONADAS

13.1 POLÍTICA CONTABIL

A Companhia aplica as normas contábeis relativas a Partes Relacionadas na identificação e contabilização das transações com partes relacionadas; saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e tais partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações.

Tais transações e saldos existentes com outras entidades de grupo são divulgadas em destaque nas informações financeiras intermediárias. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas.

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre as mesmas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes.

Em sua operação regular, A Marisa Lojas SA possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destaca-se:

- (i) Operações de venda a prazo no cartão de crédito, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizados nas dependências das lojas Marisa;
- (ii) As despesas administrativas do grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes;
- (iii) Aluguéis devidos pela Companhia a empresas do grupo;
- (iv) Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos.

13.2 COMPOSIÇÃO

13.2.1 Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
<u>Ativo circulante:</u>				

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	208	506
Diretoria	2.401	2.784
Benefícios de curto prazo	66	22
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	605	1.135
	<u>3.280</u>	<u>4.447</u>

14 INVESTIMENTOS

14.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As participações em sociedades controladas e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações financeiras intermediárias da Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. Para a aplicação do método da equivalência patrimonial na coligada Netpoints, a Companhia utiliza a demonstração contábil mais recente, respeitando o limite de dois meses e, até a data da divulgação das informações financeiras intermediárias, não houve eventos significativos que afetassem os números divulgados.

14.2 COMPOSIÇÃO

Controladora - 30/06/2018							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	705.366	439.104	267.532	31.424	267.532	31.424
Max	99,99	89.808	209	94.080	23.283	94.080	23.283
Registrada	99,99	5.946	201	5.745	3.193	5.746	3.193
Ágio Netpoints						12.173	-
						<u>379.531</u>	<u>57.901</u>

Controladora - 31/12/2017							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	895.867	655.269	240.598	55.340	240.598	55.340
Max	99,99	106.392	205	106.187	41.087	106.187	41.087
Registrada	99,99	8.183	232	2.552	7.507	2.552	7.507
Ágio Netpoints						12.173	-
						<u>361.510</u>	<u>103.934</u>

Consolidado - 30/06/2018							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	23,87	27.058	44.361	(17.303)	959	-	-
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	12.173	-
						<u>12.173</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Consolidado - 31/12/2017						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Prejuízo Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	23,87	24.882	47.403	(22.521)	(6.638)	-	-
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	12.173	-
						<u>12.173</u>	<u>-</u>

14.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTRAS EMPRESAS

	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	361.510	428.944
Participação no resultado das controladas	57.901	103.934
Baixa de ágio Netpoints	-	(5.378)
Ganhos com Investimento	129	-
Adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9	(5.008)	-
Dividendos recebidos	(35.000)	(165.990)
Saldo no fim do período	<u>379.531</u>	<u>361.510</u>

15 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

15.1 POLÍTICA CONTÁBIL

15.1.1 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

15.1.2 Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

15.1.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Notas Explicativas

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC's), os quais correspondem a cada uma das lojas.

15.2 COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

	Controladora - 30/06/2018			Controladora – 31/12/2017		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	318.007	(217.072)	100.935	315.662	(204.671)	110.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	779.239	(709.643)	69.596	777.522	(689.438)	88.084
Equipamentos de informática	127.900	(111.505)	16.395	126.177	(107.186)	18.991
Móveis e utensílios	250.445	(172.935)	77.510	248.206	(162.563)	85.643
Outros imobilizados	6.558	(3.601)	2.957	6.540	(3.597)	2.943
	<u>1.482.149</u>	<u>(1.214.756)</u>	<u>267.393</u>	<u>1.474.107</u>	<u>(1.167.455)</u>	<u>306.652</u>

	Consolidado - 30/06/2018			Consolidado – 31/12/2017		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	318.510	(217.375)	101.135	316.135	(204.930)	111.205
Benfeitorias em imóveis de terceiros	780.106	(710.234)	69.871	778.389	(689.988)	88.401
Equipamentos de informática	136.500	(116.649)	19.851	134.545	(111.568)	22.977
Móveis e utensílios	251.983	(174.181)	77.802	249.693	(163.755)	85.938
Outros imobilizados	7.053	(3.898)	3.154	7.037	(3.862)	3.175
	<u>1.494.151</u>	<u>(1.222.319)</u>	<u>271.813</u>	<u>1.485.799</u>	<u>(1.174.103)</u>	<u>311.696</u>

15.3 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO IMOBILIZADO

	Taxa média anual %	Controladora				
		31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2018
Instalações	10	110.991	2.684	(75)	(12.665)	100.935
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	88.084	2.198	(1)	(20.685)	69.596
Equipamentos de informática	20	18.991	1.728	-	(4.324)	16.395
Móveis e utensílios	10	85.643	2.718	(162)	(10.689)	77.510
Outros imobilizados	10	2.943	619	(286)	(319)	2.957
		<u>306.652</u>	<u>9.947</u>	<u>(525)</u>	<u>(48.681)</u>	<u>267.393</u>

	Taxa média anual %	Controladora				
		31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Instalações	10	138.913	3.836	(5.347)	(26.411)	110.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	133.436	7.881	(3.795)	(49.438)	88.084
Equipamentos de informática	20	25.286	3.910	(12)	(10.193)	18.991
Móveis e utensílios	10	100.909	7.700	(669)	(22.297)	85.643
Outros imobilizados	10	3.940	259	(532)	(724)	2.943

Notas Explicativas

402.484	23.586	(10.355)	(109.063)	306.652
---------	--------	----------	-----------	---------

	Taxa média anual %	Consolidado				30/06/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	10	111.205	2.714	(75)	(12.709)	101.135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	88.401	2.198	(1)	(20.727)	69.871
Equipamentos de informática	20	22.977	1.768	-	(4.894)	19.851
Móveis e utensílios	10	85.938	2.768	(162)	(10.741)	77.802
Outros imobilizados	10	3.175	616	(286)	(351)	3.154
		311.696	10.064	(525)	(49.422)	271.813

	Taxa média anual %	Consolidado				31/12/2017
		31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	10	139.170	3.838	(5.347)	(26.456)	111.205
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	133.772	7.940	(3.795)	(49.516)	88.401
Equipamentos de informática	20	26.551	7.576	(12)	(11.138)	22.977
Móveis e utensílios	10	101.283	7.737	(669)	(22.413)	85.938
Outros imobilizados	10	4.231	265	(532)	(789)	3.175
		405.007	27.356	(10.355)	(110.312)	311.696

(a) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

15.4 COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

	Controladora - 30/06/2018			Controladora - 31/12/2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	272.141	(177.553)	94.588	258.156	(159.148)	99.008
Fundo de comércio (a)	69.588	(58.045)	11.543	69.588	(56.176)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	25.981	(21.994)	3.987	26.062	(21.276)	4.786
Outros intangíveis	62	-	62	62	-	62
	367.772	(257.592)	110.180	353.868	(236.600)	117.268

	Consolidado - 30/06/2018			Consolidado - 31/12/2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	287.822	(186.650)	101.172	272.421	(167.533)	104.888
Fundo de comércio (a)	69.588	(58.045)	11.543	69.588	(56.176)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	40.208	(36.221)	3.987	40.287	(35.502)	4.785
Outros intangíveis	68	-	68	68	-	68
	397.686	(280.916)	116.770	382.364	(259.211)	123.153

15.5 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL

Notas Explicativas

	Taxa média anual %	Controladora				30/06/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	99.008	13.987	-	(18.407)	94.588
Fundo de comércio (a)	(b)	13.412	-	-	(1.869)	11.543
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	4.786	-	(31)	(768)	3.987
Outros intangíveis	33	62	-	-	-	62
		<u>117.268</u>	<u>13.987</u>	<u>(31)</u>	<u>(21.044)</u>	<u>110.180</u>

	Taxa média anual %	Controladora				31/12/2017
		31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	110.553	24.480	(11)	(36.013)	99.008
Fundo de comércio (a)	(b)	17.850	-	(133)	(4.305)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	6.538	-	(44)	(1.709)	4.786
Outros intangíveis	33	60	2	-	-	62
		<u>135.001</u>	<u>24.482</u>	<u>(188)</u>	<u>(42.027)</u>	<u>117.268</u>

	Taxa média anual %	Consolidado				30/06/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	104.888	15.596	-	(19.312)	101.172
Fundo de comércio (a)	(b)	13.412	-	-	(1.869)	11.543
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	4.785	-	(31)	(767)	3.987
Outros intangíveis	33	68	-	-	-	68
		<u>123.153</u>	<u>15.596</u>	<u>(31)</u>	<u>(21.948)</u>	<u>116.770</u>

	Taxa média anual %	Consolidado				31/12/2017
		31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	
Software	20	113.836	28.416	(11)	(37.352)	104.888
Fundo de comércio (a)	(b)	17.850	-	(133)	(4.305)	13.412
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	6.538	-	(44)	(1.710)	4.785
Outros intangíveis	33	68	-	-	-	68
		<u>138.292</u>	<u>28.416</u>	<u>(188)</u>	<u>(43.367)</u>	<u>123.153</u>

(a) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings.

(b) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os períodos/exercícios.

16 FORNECEDORES**16.1 POLÍTICA CONTÁBIL**

Notas Explicativas

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente com o uso do custo de capital da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o período encerrado em 30 de junho a taxa utilizada para cálculo do Ajuste a Valor Presente de fornecedores foi de 1,06% a.m. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores (retificadora) e tem como contrapartida a conta de custo de mercadorias vendidas.

Em sua relação com seus fornecedores a companhia adota como prática a antecipação de recebíveis. Tais operações cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores são feitas ora com recursos do próprio caixa da Companhia, ora via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

16.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Mercadoria para revenda nacional	300.950	254.597	300.950	254.597
Mercadoria para revenda importada	63.405	75.496	63.405	75.496
Serviços	22.797	22.465	23.059	22.872
Suprimentos	2.361	2.540	2.363	2.734
Outros	1.230	1.881	1.237	1.884
Ajuste a valor presente	(2.827)	(3.993)	(2.827)	(3.993)
	<u>387.916</u>	<u>352.986</u>	<u>388.187</u>	<u>353.590</u>
Fornecedores	282.734	327.123	283.005	327.727
Fornecedores convênio	105.182	25.863	105.182	25.863
	<u>387.916</u>	<u>352.986</u>	<u>388.187</u>	<u>353.590</u>

As antecipações feitas via instituições Financeiras totalizaram em 30 de junho de 2018 de R\$105 mil (R\$26 mil em 31 de dezembro de 2017). A Companhia entende que essa transação tem natureza específica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, apesar disso, classificamos separadamente da rubrica "Fornecedores".

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

17.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os saldos dos empréstimos são reconhecidos inicialmente pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização variável. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição.

Notas Explicativas

Os contratos de arrendamento são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil econômica do ativo.

17.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Taxa efetiva
	30/06/2018	31/12/2017	
Passivo circulante:			
Debêntures	87.006	302.918	(a)
BNDES	-	22.114	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
Resolução n.º 4131 (c)	86.007	55.060	Juros de 107,75% do CDI (b)
FRN Votorantim (e)	25.868	-	Juros 100% da CDI + 1,90%a.a.
Finame	3.855	4.189	Juros de 2,6% a 8,70% a.a.
FINEP	2.199	153	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	-	252	Juros de 1,97% a.a. + CDI (b)
Total circulante	204.935	384.686	
Passivo não circulante:			
Debêntures	361.742	148.971	(a)
BNDES	-	73.663	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
Resolução n.º 4131 (c)	-	-	Juros de 107,75% do CDI (b)
Finame	5.614	7.439	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	15.231	9.792	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	-	-	Juros de 1,97% a.a. + CDI (b)
Total não circulante	382.587	239.865	
Total circulante e não circulante	587.522	624.551	
	Consolidado		Taxa efetiva
	30/06/2018	31/12/2017	
Passivo circulante:			
Debêntures	87.006	302.918	(a)
NP Safra	34.156	-	Juros de 113,5% a 119,7% do CDI (b)
Capital de Giro	52.398	35.972	Juros de 123,0% a 129,9% do CDI (b)
LF Banco ABC	25.771	-	Juros de 123,0% do CDI
Resolução n.º 2770 (c) + CCB	44.728	41.178	Juros de 123,8% do CDI + 1,85%AA (b)
Resolução n.º 4131 (c)	86.007	171.161	Juros de 107,25% a 107,75% do CDI (b)
FRN Santander	2.877	2.560	Juros de 107,75% do CDI (b)
FRN Votorantim (e)	25.868	-	Juros 100% da CDI + 1,90%a.a.
BNDES	-	22.114	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
Finame	3.863	4.197	Juros de 2,6% a 8,7% a.a.

Notas Explicativas

FINEP	2.199	153	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	1.299	1.498	Juros de 1,80% a 1,97% a.a. + CDI (b)
Total circulante	366.172	581.751	
Passivo não circulante:			
Debêntures	361.742	148.971	(a)
BNDES	-	73.663	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a., TJLP
NP Safra	70.174	101.074	Juros de 113,5% a 119,7% do CDI (b)
Letra de Cambio – XP Investimentos (d)	11.800	-	(d)
FRN Santander	80.000	80.000	Juros de 122,76% do CDI (b)
Finame	5.643	7.471	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	15.231	9.792	Juros de TJLP + 4,000% a.a.
Arrendamento mercantil	919	1.503	Juros de 1,80% a 1,97% a.a. + CDI (b)
Total não circulante	545.509	422.474	
Total circulante e não circulante	911.681	1.004.225	

- (a) CDI - Certificado de Depósito Interbancário cuja taxa em 30 de junho de 2018 foi de 3,15% (9,93% em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Na mesma data da captação desses recursos, a controlada Club contratou operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI.
- (c) Refere-se a uma captação de recursos financeiros emitida pela Sax Financeira na instituição Banco ABC com taxa de 123,00% do CDI, operação em 15/02/2018 com vencimento em 17/02/2020.
- (d) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Letras de Câmbio (LC) negociadas através da Instituição Financeira XP Investimentos com prazos de 2 e 3 anos. Juros de 120% do CDI para vencimentos em 2 anos, e Juros de 123% do CDI para vencimento em 3 anos.
- (e) Em 07 de junho de 2018, foi contratado junto ao Banco Votorantim o empréstimo via FRN pelo prazo de 1 ano com juros de 100% do CDI + 1,90%a.a, na mesma data a controladora contratou operações de “swap” com a mesma instituição financeira.

17.3 DEBÊNTURES

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado		
						30/06/2018	31/12/2017	
1ª emissão	300.000	21/06/2011	21/06/2018	(i)	300	111,95% do CDI	-	300.000
3ª emissão - 1ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2019	(ii)	5.000	111,25% do CDI	50.000	50.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021	(iii)	10.000	112,00% do CDI	100.000	100.000
4ª emissão	300.000	21/06/2018	21/06/2021	(iv)	300.000	CDI+1,95% a.a.	300.000	-
Total do principal							450.000	450.000
Custos de transação a apropriar							(3.699)	(615)
Juros a pagar							2.447	2.504
Total Debêntures							448.748	451.889
Passivo circulante							87.006	302.918
Passivo não circulante							361.742	148.971

- (i) A amortização da primeira emissão de debêntures foi efetuada em 21/06/2018.
- (ii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 1ª Série será integralmente na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25/04/2019. Em 29 de julho de 2015, a Companhia promoveu uma oferta de aquisição facultativa para recomprar suas 5.000

Notas Explicativas

debêntures da 1ª Série da 3ª emissão, por preço não superior ao valor unitário nominal de cada debênture, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do pagamento da última remuneração, conforme respectivas escrituras de emissão, e posterior cancelamento. A Companhia poderá revendê-la a qualquer momento sem perda de rendimento.

- (iii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25/04/2020; (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25/04/2021.
- (iv) 4ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de 3 anos contados da data de emissão com remuneração de 100% do CDI + 1,95%.

17.4 MOVIMENTAÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					30/06/2018
	31/12/2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	451.889	300.000	(300.000)	14.856	(17.997)	448.748
Resolução n.º 4131 (d)	55.060	20.000	-	10.947	-	86.007
BNDÉS	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.628	-	(2.156)	114	(117)	9.469
FRN Votorantim	-	25.000	-	868	-	25.868
FINEP	9.945	7.419	-	647	(580)	17.430
Arrendamento mercantil	252	-	(251)	5	(6)	-
	<u>624.551</u>	<u>352.419</u>	<u>(398.725)</u>	<u>30.003</u>	<u>(20.725)</u>	<u>587.522</u>

	Consolidado					30/06/2018
	31/12/2017	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros Pagos	
Debêntures	451.889	300.000	(300.000)	14.856	(17.997)	448.748
Capital de Giro	44.163	23.000	(8.000)	1.808	(347)	60.624
LF Banco Abc	-	25.050	-	721	-	25.771
Resolução n.º 2770	32.987	30.902	(32.637)	5.889	(583)	36.558
Resolução n.º 4131	171.161	20.000	(111.170)	8.728	(2.712)	86.007
NP Safra	101.074	-	-	3.256	-	104.330
FRN Santander	82.560	-	-	4.147	(3.874)	82.833
FRN Votorantim	-	25.000	-	857	-	25.857
Letra cambio XP Invest.	-	11.780	-	20	-	11.800
BNDÉS	95.777	-	(96.318)	2.566	(2.025)	-
Finame	11.668	-	(2.157)	240	(246)	9.505
FINEP	9.945	7.419	-	646	(580)	17.430
Arrendamento mercantil	3.001	-	(782)	53	(54)	2.218
	<u>1.004.225</u>	<u>443.151</u>	<u>(551.064)</u>	<u>43.788</u>	<u>(28.418)</u>	<u>911.681</u>

17.5 CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ano	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
2019	57.444	54.160	93.206	122.537
2020	219.059	58.897	310.300	173.112
2021	98.572	126.808	134.479	126.825
Após 2022	7.512	-	7.524	-
	<u>382.587</u>	<u>239.865</u>	<u>545.509</u>	<u>422.474</u>

Notas Explicativas

17.6 CLAUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS "COVENANTS"

Em relação às cláusulas de "covenants" financeiros, os contratos vigentes exigem da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization", que traduzido para o português significa: "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização") em patamar inferior a 3,5 vezes. Considera-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante. Para tal cálculo considera-se o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses.

A Companhia também monitora em bases mensais a aderência aos covenants não financeiros definidos para cada contrato. Tais covenants incluem nível máximo de protestos de títulos relativos a operações financeiras, cumprimento do cronograma de pagamento das debêntures, dentre outros.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas tanto financeiras quanto não financeiras vigentes nos contratos.

18 SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

18.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

18.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Férias	35.645	36.899	37.743	38.963
13° Salário	15.580	-	16.355	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	8.087	7.865	8.500	8.286
Salários a pagar	10.537	10.622	10.996	11.102
Imposto de renda retido na fonte	1.027	2.379	1.151	2.642
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.082	2.811	2.173	2.955
Remuneração Variável	2.786	17.823	2.975	18.255
Outros	106	204	117	225
	<u>75.850</u>	<u>78.603</u>	<u>80.010</u>	<u>82.428</u>

19 TRIBUTOS A RECOLHER

19.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto quando (i) quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e, (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

19.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
ICMS	29.347	60.784	29.347	60.784
COFINS	8.009	19.229	9.967	22.274
PIS	1.719	4.172	1.804	4.366
IPI	442	50	442	50
IPTU	3.918	-	3.919	-
Outros	2.243	2.592	2.735	3.121
	<u>45.678</u>	<u>86.827</u>	<u>48.214</u>	<u>90.595</u>

20 RECEITA DIFERIDA

20.1 POLÍTICA CONTABIL

As receitas recebidas antecipadamente de clientes que são classificadas no passivo circulante e não circulante, relativos a operações de serviços vinculados a parcerias estabelecidas com seus parceiros Itaú e Assurant, detalhadas a seguir:

20.1.1 Operação Itaú & Marisa – cartão ‘co-branded’

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia, por meio da sua Controlada Club, recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embaixados Itaucard Marisa – MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Nesta operação, a Companhia e sua controlada Club, apresentaram garantia no valor de R\$80.230, (R\$78.364 em 31 de março de 2018), composta por operações recebíveis de clientes Cartão Marisa – *via co-branded*, ações próprias dos acionistas majoritários e aplicações financeiras.

20.1.2 Parceria Assurant – Comercialização de Seguros e Assistência

Em 29 de março de 2017, a Companhia e suas controladas Club e Sax, renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltda., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência. Os novos contratos terão o prazo de vigência de até 5 anos. Em virtude desta renovação, a controlada Club recebeu a quantia de R\$75.000 a título de antecipação, a serem diferidos e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato. O recebimento se deu em duas parcelas iguais, a primeira em 31 de março de 2017 e a segunda em 30 de junho de 2017

Notas Explicativas

	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	30/06/2018
Tributárias:						
FGTS (a)	20.402	618	-	-	409	21.429
IPI (b)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	8.994	62	-	-	282	9.338
Outros riscos tributários	10.314	-	-	(1.648)	-	8.667
	62.323	680	-	(1.648)	691	62.047
Trabalhistas	26.466	5.279	(1.494)	(3.989)	-	26.262
Cíveis	9.970	6.047	(2.185)	(4.566)	(60)	9.205
	98.759	12.006	(3.679)	(10.203)	631	97.514
Depósitos judiciais	106.480	27.131	(7.777)	-	-	125.834

- (a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.
- (b) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela antecipação confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do CD da Companhia para comercialização/revenda.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE TRIBUTÁRIO

Em 30 de junho de 2018, a Companhia e suas controladas mantinham outros processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perda possível, no valor de R\$592.558 (R\$735.611 em 31 de dezembro de 2017), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$125.834, sendo R\$92.037 da Controladora (R\$106.480 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$92.037 da Controladora).

21.4 ATIVO CONTINGENTE TRIBUTÁRIO

21.4.1 Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS

A Companhia iniciou discussão em 2002 via Mandado de Segurança, para exercer o direito de excluir os valores relativos ao ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal Mandado de Segurança abrange a recuperação dos valores recolhidos desde julho de 1992 até dezembro de 2014.

A Companhia, em razão das condições de incerteza quanto a modulação que trará detalhes a respeito do prazo e documentações necessárias, entendeu que sua melhor estimativa é composta pelos valores e documentos identificados do ano de 2013 até novembro de 2014, no valor de R\$103.907.

22 GARANTIAS, SEGUROS GARANTIA E FIANÇAS BANCARIAS

22.1 SEGURO GARANTIA JUDICIAL

A Cia optou por realizar Seguro Garantia sobre alguns dos seus processos jurídicos, o seguro supracitado tem caráter de garantir o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessite fazer durante processos judiciais. Esta

Notas Explicativas

modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

Instituição financeira	Tipo de garantia	30/06/2018	31/12/2017
Bradesco – Itaú – JTL/Fator – JTL/Austral – PMR/Tokyo – AON/Pottencial – AON/Zurich	Seguro Garantia Judicial	223.537	171.213
		<u>223.537</u>	<u>171.213</u>

22.2 GARANTIAS CONCEDIDAS VIA FIANÇA BANCÁRIA

Instituição financeira	Tipo de garantia	30/06/2018	31/12/2017
Banco Safra S.A. – Banco Votorantim	Fianças bancárias	43.668	85.129
		<u>43.668</u>	<u>85.129</u>

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2018, o capital social da Companhia, no montante de R\$899.597 (R\$899.597 em 31 março de 2018), estava representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

23.1.1 Composição

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor R\$	Total de ações	%	Valor R\$	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	663.234	150.463.973	73,73	668.354	151.625.368	74,29
Mercado	236.362	53.622.026	26,27	231.243	52.460.631	25,71
	<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>	<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>

23.1.2 Ações em tesouraria

A companhia realizou reunião Conselho de Administração em 28/03/2018 e aprovou a aquisição de ações da própria companhia para manutenção em tesouraria em razão do Programa de Incentivo de Longo Prazo com ações Restritas aprovadas em AGO de 02/12/2016. A quantidade de ações a serem adquiridas era de até 500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com prazo de 12 meses iniciando-se em 29/03/2018 e encerrando em 29/03/2019.

A Companhia havia adquirido a totalidade de 500.000 ações conforme Programa, a preço médio de R\$6,64 no período de 03/04/2018 a 10/04/2018. Até 30 de junho de 2018, a Companhia manteve em tesouraria 194.053 ações ao preço médio de R\$3,85, totalizando R\$747mil, para atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

Notas Explicativas

23.2 CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

23.3 RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude dos resultados apurados nos referidos exercícios ter sido negativo.

23.4 ABSORÇÃO DO PREJUÍZO ACUMULADO

Em 15 de maio de 2018, foi aprovado sem ressalvas a absorção dos prejuízos acumulados relativos ao exercício encerrado em 31/12/2017, no valor de 60.438 mil por meio de reservas de Lucros.

23.5 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira, é registrado na rubrica “Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrado na rubrica “Dividendos adicionais propostos”. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em virtude do prejuízo apurado no exercício, não há proposição de distribuição de dividendos. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

24 PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA OU SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES “STOCK OPTION”

24.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Em 07 de novembro de 2017, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,76 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo ‘Bermuda’ é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 07/11/2016 e 07/11/2017. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,74% ao dia útil.

Em 05 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo ‘Bermuda’ é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

Notas Explicativas

24.2 DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DAS OPÇÕES OUTORGADAS EM ABERTO

Outorga	Data		Quantidade - mil		Outorga	Preço de exercício	
	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto	Valor justo da opção	Na outorga	Atualizado IPCA
22/05/2013	29/05/2014	22/05/2019	170	14	9,47 a 14,44	25,26	33,01
30/05/2014	22/05/2015	22/05/2020	263	15	6,29 a 9,24	12,51	15,38
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.340	1.383	3,78	7,54	n/a
07/11/2017	07/11/2019	08/11/2027	721	721	5,17	7,76	n/a
			<u>3.494</u>	<u>2.133</u>			

24.3 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A movimentação ocorrida nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 nas opções outorgadas em aberto está apresentada abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial de opções de compra de ações – mil	2.541	2.488
Emissão de opções de compra de ações - mil	-	721
Cancelamento das opções de compras de ações – mil	(408)	(668)
Saldo atual do número de opções de compra de ações - mil	<u>2.133</u>	<u>2.541</u>

24.4 MENSURAÇÃO E DESPESAS INCORRIDAS DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (stock option) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”, como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas até 31/12/2017	Despesas/Cancelamentos no Semestre	Exercícios futuros	Total
2013	77	10	-	87
2014	66	10	5	81
2016	2.620	549	2.597	5.766
2017	177	36	2.954	3.167
	<u>2.940</u>	<u>605</u>	<u>5.556</u>	<u>9.101</u>

25 PLANO DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO VIA AÇÕES RESTRITAS/OPÇÕES

25.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Em 02 de dezembro de 2016, foi celebrado o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Marisa Lojas SA, que tem como objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho da Administração. Poderão

Notas Explicativas

ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O Conselho de administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para administração do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

A outorga de Ações Restritas é realizada anualmente ou sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente, mediante celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga.

Com propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567.

25.2 DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DAS AÇÕES RESTRITAS/OPÇÕES EM ABERTO

	Data	Qtde	Estatutários		Não Estatutários		
			Valor Unit	Valor Total	Qtde	Valor Unit	Valor Total
Ações Restritas	Mar/18	54.306	7,03	382.150	-	-	-
Ações Restritas	2018	645.878	7,03	4.540.523	-	-	-
Opção de Compra	Dez/18	324.429	3,78	1.226.341	21.250	3,78	80.325
				6.149.015			80.325
Ações Restritas	2017	367.818	7,03	2.585.760	-	-	-

26 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

26.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros.

- **Revenda de mercadorias – operação varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias, e também um canal de e-commerce. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro e cartão de débito, ou a prazo através de cartões de terceiros, cartão Marisa.
- **Produtos e Serviços Financeiros:** a Companhia via empresas controladas realiza operações de concessão de empréstimos pessoais, intermediação de assistências e seguros e financiamento de vendas.

26.2 composição

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	1.369.009	1.419.580	1.369.009	1.419.580
Operações com cartão de crédito	-	-	166.165	186.694
Prestação de serviços	3.280	3.377	96.149	95.482
Operação com crédito pessoal	-	-	75.793	69.416
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(330.089)	(342.872)	(330.088)	(1342.872)
Prestação de serviços	(372)	(350)	(14.474)	(14.121)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(84.095)	(87.086)	(84.095)	(87.060)
	<u>957.733</u>	<u>992.675</u>	<u>1.278.459</u>	<u>1.327.119</u>

27 CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Custo da revenda de mercadorias	(476.696)	(473.725)	(476.696)	(473.725)
Custo de operações com cartão de crédito	-	-	(63.745)	(125.007)
Custo da prestação de serviços	-	-	(94.231)	(54.020)
Custo de operações com crédito pessoal	-	-	(17.107)	(12.455)
	<u>(476.696)</u>	<u>(473.725)</u>	<u>(651.779)</u>	<u>(665.207)</u>

28 DESPESAS POR NATUREZA

As informações financeiras intermediárias de resultado da Companhia são apresentadas por função. Detalhamos a seguir os gastos por natureza das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

28.1 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal e serviços	(222.019)	(220.800)	(221.719)	(224.810)
Utilidades públicas	(42.050)	(37.864)	(42.050)	(37.864)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(162.683)	(163.831)	(162.683)	(163.831)
Outras	(18.199)	(18.678)	(18.199)	(14.368)
	<u>(444.951)</u>	<u>(441.173)</u>	<u>(444.651)</u>	<u>(440.873)</u>

28.2 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal e serviços	(76.493)	(85.761)	(99.805)	(109.385)
Utilidades públicas	(1.909)	(2.362)	(2.229)	(2.689)
Despesas locatícias e comunicação	(4.116)	(3.731)	(7.676)	(5.527)
Despesas tributárias	(796)	(624)	(816)	(626)
Outras	(6.092)	(5.790)	(6.588)	(6.196)
	<u>(89.406)</u>	<u>(98.268)</u>	<u>(117.114)</u>	<u>(124.423)</u>

29 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Créditos tributários	(26)	5.127	(1.483)	5.033
Despesas recuperadas	192	303	3.045	4.529
Constituição (reversão) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida (i)	(5.673)	54.292	(14.876)	46.399
Crédito Pis/Cofins – trânsito julgado	39.893	-	39.893	-
Outras	(3.893)	(8.863)	(2.999)	(8.799)
	<u>30.493</u>	<u>50.859</u>	<u>23.580</u>	<u>47.162</u>

(i) Reversão de provisões tributárias de acordo com a rubrica Provisão para Litígios e Demandas Judiciais.

30 RESULTADO FINANCEIRO

30.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada os empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

30.2 COMPOSIÇÃO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente – fornecedores	(22.885)	(30.244)	(22.885)	(30.244)
Perda em “swap”	-	(1.876)	-	(5.913)
Juros	(28.482)	(36.921)	(36.066)	(38.398)
Despesas bancárias	(2.491)	(1.992)	(2.825)	(2.238)
Variação cambial empréstimos	(9.481)	(739)	(8.179)	(2.408)
Variação monetária passiva	(691)	(1.112)	(691)	(1.112)
Descontos concedidos	(50)	(18)	(5.062)	(3.104)
Outras	(1.687)	(690)	(884)	(822)
	<u>(65.767)</u>	<u>(73.592)</u>	<u>(76.592)</u>	<u>(84.239)</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	5.663	10.668	7.256	14.717
Ganho em “swap”	9.336	-	7.943	-
Descontos obtidos	226	131	231	133
Variação cambial	16.206	3.121	16.849	4.926
	<u>31.431</u>	<u>13.920</u>	<u>32.279</u>	<u>19.776</u>

31 PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	(78.088)	(9.632)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	204.086	204.086
Prejuízo líquido por ação básico e diluído - R\$ (a)	<u>(0,38262)</u>	<u>(0,04720)</u>

- (a) Em 30 de junho de 2018, o preço de exercício estimado das opções de ações em aberto era superior ao preço médio de mercado das ações durante o trimestre e, portanto, não ocasionaram efeito diluidor.

32 GERENCIAMENTO DE RISCO

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- i) Risco de crédito;
- ii) Risco de mercado;
- iii) Risco de liquidez; e
- iv) Gestão de capital.

32.1 POLÍTICA CONTÁBIL

32.1.1 Risco de Crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização

Notas Explicativas

do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa n.º 9. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$100.743 (R\$86.111 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

Veja nas notas explicativas n.º 7.3 e 9 demais explicações sobre a abordagem da Companhia.

32.1.2 Riscos de Mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o que expõe ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

a) Risco de Moeda (Cambial)

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

a.1) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas:

30/06/2018

Operação	Montante		Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
	USD	BRL				
Saldo em moeda estrangeira	19.118	63.356	Alta do dólar	28.774	47.200	65.625

31/12/2017

Operação	Montante		Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
	USD	BRL				
Saldo em moeda estrangeira	14.117	48.869	Alta do dólar	9.494	21.167	32.839

- (i) Cotação do dólar comercial de compra em 30 de junho de 2018 – 3,8552 (3,3074 em 31 de dezembro de 2017) considerando um incremento de 25% na variação da cotação.
- (ii) Cotação calculada considerando um incremento de 50% na variação do dólar comercial de compra.
- (iii) Cotação calculada considerando um incremento de 75% na variação do dólar comercial de compra.

b) Risco de Taxa de juros

Notas Explicativas

A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado na rubrica Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro. A Administração entende que tal pratica mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado

b.1) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	30/06/2018				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	200.680	Baixa do CDI	15.113	11.335	7.577
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(888.444)	Alta do CDI	(47.213)	(59.016)	(70.819)

Operação	31/12/2017				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	390.229	Baixa do CDI	27.138	20.354	13.569
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(886.835)	Alta do CDI	(72.933)	(91.166)	(109.399)

- (i) Juros calculados com base na previsão futura do CDI (taxas referenciais BM&F - Ibovespa).
- (ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.
- (iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI.

32.1.3 Risco de Liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

32.1.4 Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

32.2 RISCO DE LIQUIDEZ

32.2.1 Composição do vencimento dos passivos financeiros

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	30/06/2018					
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores / Fornecedores convênio	388.187	391.014	391.014	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	911.681	947.664	220.585	307.824	417.095	2.160
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	2.218	2.259	642	1.282	335	-
Instrumentos financeiros derivativos	(120)	786	786	-	-	-
	<u>1.301.966</u>	<u>1.341.723</u>	<u>613.027</u>	<u>309.106</u>	<u>417.430</u>	<u>2.160</u>

	31/12/2017					
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores / Fornecedores convênio	353.590	357.583	357.583	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.004.225	1.131.095	631.770	210.507	286.806	2.012
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	3.001	3.276	1.534	1.367	375	-
Instrumentos financeiros derivativos	32.140	35.732	35.732	-	-	-
	<u>1.390.741</u>	<u>1.527.686</u>	<u>1.026.619</u>	<u>211.874</u>	<u>287.181</u>	<u>2.012</u>

32.3 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

32.3.1 Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	587.522	624.551	911.681	1.004.225
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(135.631)	(246.331)	(237.954)	(457.534)
Dívida líquida	451.891	378.220	673.727	546.691
Total do patrimônio líquido	880.740	959.429	880.740	959.429
Capital total	1.332.631	1.337.649	1.554.467	1.506.120
Índice de alavancagem financeira	34%	28%	43%	36%

33 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

33.1 POLITICA CONTÁBIL

33.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Veja na nota explicativa 33.5 a segregação efetuada pela Companhia.

33.1.2 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Notas Explicativas

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o exercício relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

33.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

33.1.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

33.1.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

33.1.6 Outros Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

33.1.7 Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

33.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NÃO DESIGNADOS COMO HEDGE ACCOUNTING

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos contratos de swaps em aberto é como segue:

Em R\$ mil	30/06/2018						
	Valor de Referência (nocial)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
Vencimento							
Julho de 2018	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	(4.949)	(4.949)
Julho de 2018	25.000	US\$	5,35% a.a.	CDI	CDI + 1,90% a.a.	756	756
Setembro de 2018	30.902	US\$	5,15% a.a.	CDI	CDI + 1,85% a.a.	-	3.874
Novembro de 2018	20.000	US\$	5.15% a.a.	CDI	CDI + 1,80% a.a.	439	439
	<u>125.902</u>					<u>(3.754)</u>	<u>120</u>

Em R\$ mil	31/12/2017						
	Valor de Referência (nocial)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
Vencimento							
Janeiro de 2018	123.342	US\$	3,17% a.a.	CDI	107,25%	-	(20.756)
Março de 2018	30.902	US\$	3,54% a.a.	CDI	125,80%	-	1.349
Julho de 2018	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	(12.732)	(12.732)
	<u>204.244</u>					<u>(12.732)</u>	<u>(32.139)</u>

Com a operação de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

33.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS DESIGNADOS PARA CONTABILIZAÇÃO DE PROTEÇÃO (HEDGE ACCOUNTING)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo desta forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de hedge accounting são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (Non Deliverable Forward – NDF).

33.3.1 Contratos a termo de moedas – Non-deliverable forward (“NDF”)

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um non-deliverable forward, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas – NDF em aberto em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Vencimentos:	Controladora/Consolidado			
	30/06/2018			
	Notional (US\$)	Taxa média	Valor Justo (R\$)	Objeto (US\$)
Agosto-18	3.086	3,2568	1.938	8.594
Setembro-18	3.499	3,2949	2.106	10.504
Outubro-18	1.988	3,3527	1.097	6.625
Novembro-18	1.569	3,3314	915	5.052
Dezembro-18	1.170	3,4094	603	3.813
Janeiro-19	1.299	3,3795	717	3.217
Fevereiro-19	1.936	3,9094	61	6.450
Março-19	1.141	3,9167	38	3.802
Abril-19	387	3,9248	14	1.289
Maio-19	177	3,9351	6	589
Junho-19	110	3,9455	4	365
	<u>16.362</u>	<u>3,6051</u>	<u>7.499</u>	<u>50.300</u>

Vencimentos:	Controladora / Consolidado			
	31/12/2017			
	Notional (US\$)	Taxa média	Valor Justo (R\$)	Objeto (US\$)
Janeiro-18	1.224	3,4983	(242)	8.812
Fevereiro-18	4.018	3,2332	404	13.452
Março-18	3.928	3,2599	255	13.093
Abril-18	3.424	3,2699	226	11.412
Maio-18	1.863	3,2924	100	6.179
Junho-18	2.019	3,3793	(42)	6.728
Julho-18	2.663	3,3904	(57)	8.876
	<u>19.139</u>	<u>3,9127</u>	<u>644</u>	<u>68.552</u>

33.3.2 Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	Patrimônio Líquido	
	30/06/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:		
Riscos de moeda	6.573	807
IR/CS diferidos sobre perdas	(2.235)	(274)
Resultado líquido reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>4.338</u>	<u>533</u>
Resultado líquido reconhecidos no período	4.338	6.748
Resultado líquido reconhecidos em períodos anteriores	533	(6.215)
	<u>4.871</u>	<u>533</u>

33.4 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos

Notas Explicativas

(*swap*), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Isso se deve em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica “Empréstimos, financiamentos e debêntures”, que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDF's são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de swap financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9).

Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

33.5 MENSURAÇÃO E HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Consolidado						
	30/06/2018						
	Valor Contábil	Valor justo	Classificação de ativos (CPC 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
Custo Amortizado			VJR	VJIH	Nível 1	Nível 2	
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>							
Caixa	9.707	9.707	9.707	-	-	-	9.707
Bancos conta movimento	12.487	12.487	12.487	-	-	-	12.487
<i>Aplicações Financeiras</i>							
Operações compromissadas Debêntures	75.814	75.814	-	75.814	-	-	75.814
Operações compromissadas CDB	54.957	54.957	-	54.957	-	-	54.957
Operações compromissadas CDI	50.207	50.207	-	50.207	-	-	50.207
Fundos de investimentos	34.782	34.782	-	34.782	-	-	34.782
<i>Títulos e valores mobiliários</i>							
Bancos Bloqueio Judicial	846	846	846	-	-	-	846
CDB Bloqueio Judicial	400	400	400	-	-	-	400
Operações compromissadas	93	93	93	-	-	-	93
Braskem Ações	911	911	-	911	-	911	-
Fundos de Investimentos - Garantia	40.009	40.009	40.009	-	-	-	40.009
Aplicações CDB – Garantia	20.232	20.232	20.232	-	-	-	20.232
Bloqueio Judicial	598	598	598	-	-	-	598
Contas a receber de clientes		670.070	670.070	-	-	-	670.070
Outros créditos		102.081	102.081	-	-	-	102.081

Notas Explicativas

Depósitos judiciais	125.834	125.834	-	-	-	125.834
Fornecedores	(388.187)	(388.187)	-	-	-	(388.187)
Empréstimos	(911.681)	(911.681)	-	-	-	(911.681)
Swap sobre empréstimos	120	-	120	-	-	120
NDF's	7.499	-	-	7.499	-	7.499
	<u>301.043</u>	<u>(93.221)</u>	<u>(317.511)</u>	<u>216.791</u>	<u>7.499</u>	<u>911</u>
						<u>(94.132)</u>

Consolidado

31/12/2017

Classificação de ativos (CPC
48/IFRS 9)Hierarquia do valor
justo

Valor Contábil	Valor justo	Custo Amortizado	VJR	VJIH	Nível 1	Nível 2
----------------	-------------	------------------	-----	------	---------	---------

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa	12.636	12.636	12.636	-	-	-	12.636
Bancos conta movimento	28.751	28.751	28.751	-	-	-	28.751

Aplicações Financeiras

Operações compromissadas Debêntures	268.230	268.230	-	268.230	-	-	268.230
Operações compromissadas CDB	121.819	121.819	-	121.819	-	-	121.819
Operações compromissadas CDI	25.918	25.918	-	25.918	-	-	25.918
Fundos de investimentos	180	180	-	180	-	-	180

Títulos e valores mobiliários

Bancos Bloqueio Judicial	21.018	21.018	21.018	-	-	-	21.018
CDB Bloqueio Judicial	406	406	406	-	-	-	406
Operações compromissadas	376	376	376	-	-	-	376
Braskem Ações	971	971	-	971	-	971	-
Bloqueio Judicial	512	512	512	-	-	-	512
Contas a receber de clientes	800.797	800.797	800.797	-	-	-	800.797
Outros créditos	70.858	70.858	70.858	-	-	-	70.858
Depósitos judiciais	106.480	106.480	106.480	-	-	-	106.480
Fornecedores	(353.590)	(353.590)	(353.590)	-	-	-	(353.590)
Empréstimos	(1.004.225)	(1.004.225)	(1.004.225)	-	-	-	(1.004.225)

Notas Explicativas

Swap sobre empréstimos	32.139	32.139	-	32.139	-	-	32.139
NDF's	(644)	(644)	-	-	(644)	-	(644)
Arrendamento mercantil	(252)	(253)	(252)	-	-	-	(253)
	<u>132.380</u>	<u>132.379</u>	<u>(316.233)</u>	<u>449.257</u>	<u>(644)</u>	<u>971</u>	<u>131.408</u>

34 ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de locação de Lojas e Centros de Distribuição, firmados com e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 1,11% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazo de validade mínimo de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 4,66% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação.

No exercício findo em 30 de junho de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$140.516 (R\$213.564 para o ano total 2017 - posição em 31 de dezembro de 2017). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” consolidado é de R\$21.650 (R\$27.800 em 31 de dezembro de 2017).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 30 de junho de 2018, totalizam um montante mínimo de R\$759.894 assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2018	136.841
2019	170.327
2020	150.497
2021	129.462
2022 a 2032	172.767
	<u>759.894</u>

35 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

35.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Como forma de gerenciar suas atividades tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, com foco em consumidores da classe C e D, em lojas físicas e e-commerce.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa-Itaucard, gerenciados pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas; e, operações de crédito pessoal, sendo oferta de empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

Notas Explicativas

35.2 COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO CONSOLIDADO

	30/06/2018			Saldo consolidado
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	
Receita líquida de clientes externos	961.304	237.202	79.953	1.278.459
Custos do segmento	(476.695)	(146.265)	(37.301)	(660.261)
Lucro bruto	484.609	90.937	42.652	618.198
Despesas com vendas	(444.651)	-	-	(444.651)
Despesas gerais e administrativas	(89.469)	(21.978)	(5.667)	(117.114)
Outras despesas operacionais	30.360	(5.996)	(912)	23.452
Resultado operacional do segmento	(19.151)	62.963	36.073	79.885
Depreciação e amortização				(71.374)
Receitas financeiras				24.336
Despesas financeiras				(68.649)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(35.802)

	30/06/2017			Saldo consolidado
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	
Receita líquida de clientes externos	996.803	257.358	72.958	1.327.119
Custos do segmento	(473.725)	(165.585)	(25.897)	(665.207)
Lucro bruto	523.078	91.773	47.061	661.912
Despesas com vendas	(440.873)	-	-	(440.873)
Despesas gerais e administrativas	(98.757)	(19.290)	(6.859)	(124.906)
Outras despesas operacionais	51.381	(2.773)	(964)	47.644
Resultado operacional do segmento	34.829	69.710	39.238	143.777
Depreciação e amortização				(77.977)
Receitas financeiras				19.776
Despesas financeiras				(84.239)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				1.337

36 COBERTURA DE SEGUROS

36.1 POLÍTICA CONTABIL

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

36.2 COMPOSIÇÃO DA COBERTURA DE SEGUROS

	30/06/2018	31/12/2017
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.900	219.900
Transportes	51.561	110.219
D&O - responsabilidade civil	25.000	25.000
Veículos	1.855	2.018

Notas Explicativas

308.316367.137

37 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 12 de julho de 2017, a Companhia renovou uma de suas captações de operação de SWAP junto a Instituição Financeira Itaú Unibanco SA, cuja captação original era no valor de R\$50 milhões com vencimento para 12 de julho de 2018. Após aditivo contratual, seu valor totaliza R\$70 milhões e terá seu vencimento para 14 de janeiro de 2019, com juros 1,84% a.a. + CDI.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Marisa Lojas S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai

Contadora CRC 1SP249703/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações | Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Declaração do Presidente

Eu, Marcelo Araujo, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Marcelo Araujo Presidente

Declaração do Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Eu, Adalberto Pereira dos Santos, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

São Paulo, 09 de agosto de 2018..

Adalberto Pereira dos Santos

Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Declaração do Vice Presidente de Operações Eu, Marcelo Ribeiro Pimentel, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Marcelo Ribeiro Pimentel

Vice Presidente de Operações Declaração do Vice Presidente Comercial

Eu, Marco Luiz Clasen Muraro, declaro que:

Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, da Marisa Lojas S.A e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Marco Luiz Clasen Muraro Vice Presidente Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações | Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente Declaração do Presidente

Eu, Marcelo Araujo, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 09 de agosto de 2018..

Marcelo Araujo Presidente

Declaração do Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Eu, Adalberto Pereira dos Santos, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 09 de agosto de 2018..

Adalberto Pereira dos Santos

Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Declaração da Vice Presidente de Operações Eu, Marcelo Ribeiro Pimentel, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Marcelo Ribeiro Pimentel

Vice Presidente de Operações Declaração do Vice Presidente Comercial Eu, Marco Luiz Clasen Muraro, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, da Marisa Lojas S.A., concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Marco Luiz Clasen Muraro Vice Presidente Comercial